autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 20/10/2021

OBSERVAÇÕES:
- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?plID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia a todos e a todas e a todes. Registro a presença do Vereador Isac Felix.

Este Vereador, Jair Tatto, na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 19ª audiência pública virtual desta Comissão, do ano de 2021; primeira audiência para debater o PL 669/2021, Executivo, Ricardo Nunes, Prefeito, que "estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2022. Lei Orçamentária Anual de 2022 (LOA)".

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online, e também pelo Youtube, pelo Facebook e pelo Twitter da Câmara Municipal de São Paulo.

Comunico também que no dia 21/10, quinta-feira, com início às 10h, pela plataforma Microsoft Teams, a Comissão realizará audiência pública ao PL 676/2021, do Executivo, Prefeito Ricardo Nunes, que "dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2022/2025, PPA".

Estas audiências vêm sendo publicadas no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, desde o dia 06/10/2021 e foram publicadas nos jornais *Agora*, em 07/10/21 e *Folha de S.Paulo*, no dia 13/10/2021 e no dia 18/10/2021. As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 06/10, neste endereço constando aí, na tela. O Orçamento poderá ser acompanhado com mais detalhe através do *hotsite*, o seguinte endereço, consta aqui o endereço.

Muito bem, as demandas referentes ao Orçamento de 2022 podem ser apresentadas através do formulário disponível neste endereço constante aqui ou enviado e-mail para a Comissão finanças@saopaulo.sp.leg.br.

Foram convidados para esta audiência pública o Secretário Municipal da Fazenda, Sr. Guilherme Bueno de Camargo, que está acompanhado da Sra. Cláudia Bice Romano, Chefe da Assessoria Econômica da Fazenda, e dos Srs. Fabiano de Oliveira Martins, Subsecretário de Planejamento e Orçamento, e Samuel de Godoy, Coordenador de Coplan; Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, Sr. João Antônio da Silva Filho, que será

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

representado pelo Sr. Marco Thulyo Tavares, Agente de Fiscalização da Subsecretaria de Fiscalização e Controle; os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo e a sociedade em geral.

Passemos ao item da pauta.

A SRA. MÁRCIA – Presidente, só para informar que o Vereador Fernando Holiday, a Vereadora Janaína Lima e a Vereadora Edir Sales estão na sala.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem-vindos Vereador Fernando Holiday, Vereadora Janaína Lima, Vereadora Edir Sales, Vereador Isac Felix.

Declaro aberta a audiência do PL 669/2021, Executivo, Prefeito Ricardo Nunes, que estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2022. Lei Orçamentária Anual de 2022 (LOA).

Questiono se há oradores inscritos. Obviamente já há vários oradores inscritos.

Vou passar imediatamente a palavra..., e já agradeço a presença da Eliana, que está fazendo a tradução de libras. Agradeço a presença do Secretário Dr. Guilherme Bueno; do Thulyo, representando o Tribunal de Contas do Município. Proponho que na exposição do Sr. Secretário e também das considerações do Sr. Thulyo, nós encerremos as inscrições. Então, durante a fala e a exposição do Secretário, nós já encerraremos as inscrições. Fazendo uma correção, quando o Sr. Thulyo estiver falando, já considerar-se-ão encerradas as inscrições.

Muito bem. Secretário, bom dia. Muito obrigado pela presença. Agradeço a presença de todos, todas e todes. Imediatamente, passo a palavra ao Sr. Secretário Dr. Guilherme Bueno de Camargo, para exposição.

Antes, registro a presença do Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Bom dia, Presidente Jair Tatto. É um prazer estar aqui novamente. Cumprimento também os demais Vereadores; o Dr. Thulyo, representando o Tribunal de Contas do Município e todos os participantes desta audiência pública, onde nós vamos tratar do Orçamento, da peça orçamentária para 2022.

Eu vou carregar a nossa apresentação.

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

- Orador passa a se referir a imagens compartilhadas virtualmente.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Presidente, na verdade, esta é uma apresentação básica do Orçamento, da proposta orçamentária que enviamos à Câmara Municipal e ela, na verdade, trata das premissas que foram utilizadas para fazer, para preparar essa peça orçamentária.

Nós, aqui, obviamente até pelo tempo e até porque entendemos que não seria produtivo, não vamos aqui entrar em detalhes de cada pasta, de cada função de Governo. Como eu disse, vamos tratar, nesta apresentação, das premissas gerais do Orçamento de 2022. Teremos vários encontros para discutir as questões específicas de cada função de Governo, de cada pasta e, aí, eu acho que, enfim, as discussões ficariam mais produtivas do que aqui tentarmos detalhar cada pasta, cada função, cada política pública.

Então, esta vai ser uma apresentação, como eu disse, mais conceitual. Nós vamos primeiro colocar aqui alguns quadros, alguns *slides* falando das receitas, não só com o histórico das receitas nos últimos anos, mas as nossas projeções e como nós chegamos a essas projeções para o ano de 2022. Depois, vamos passar para a questão das despesas e vamos tentar transmitir a V.Exas. os desafios que nós teremos com as despesas para o ano de 2022. E aí, então, nós vamos entrar um pouco mais no Orçamento em si, falando um pouco do cenário econômico e fazendo uma comparação das receitas e das despesas.

Então, seguindo aqui a nossa agenda, vamos falar um pouco das receitas da Prefeitura de São Paulo. Então, a nossa principal receita é o ISS. O ISS é a nossa principal arrecadação, o nosso principal tributo. Ele vem tendo um crescimento constante desde 2016 e temos uma projeção para 2021, ainda 2021, de 21,43 bilhões. Aqui, nós vamos discutir um pouquinho mais, mas tem obviamente o efeito de uma recuperação econômica da cidade de São Paulo, recuperação das atividades, especialmente da atividade de serviços. Nós vamos detalhar um pouquinho quais foram os setores em que isso vem correndo, mas tem um efeito aqui bastante forte da inflação. Como todos sabem e todos têm sentido o peso, a inflação acelerou bastante neste ano e isso, obviamente, está impactando em nossa receita e lamentavelmente

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

vai impactar também nas despesas do Município. Provavelmente, sentiremos isso no próximo ano.

Aí, passamos para o IPTU. O IPTU também a nossa projeção aqui, para 2021, é uma arrecadação pouco superior a 2020. É importante...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Secretário, me permite?

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Claro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O senhor está passando 2021?

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Vinte e um. Nós vamos chegar em 2022 mais para frente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Compreendi.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Eu só estou aqui, neste momento, apresentando o cenário hoje, a fotografia de hoje, que foi o que nós usamos como base para nós projetarmos 2022.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Perfeito.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Então, me desculpem ter feito esse esclarecimento, mas é importante. Nesses primeiros quadros, eu estou falando do quadro de hoje.

Bom, voltando ao IPTU, aqui vale uma ressalva, que o IPTU, no ano de 2021, não foi corrigido. O Prefeito Bruno Covas definiu, no final do ano passado, que, por conta da pandemia, não haveria nenhuma correção do IPTU para 2021. Então, por essa razão é que nós vemos aqui apenas uma pequena diferença na projeção que nós temos para 2021.

O ITBI, este sim, com um aumento realmente relevante, importante, e, aí, nós temos aqui, de fato, Presidente, um efeito da retomada da economia e da construção civil, do mercado imobiliário no ITBI. Claro que aqui também não tem só uma questão da quantidade de transações que aumentou, mas também a questão do aumento do valor dos imóveis, que é a base de cálculo para o ITBI.

Aqui são os repasses de ICMS que a Cidade tem direito. E temos aqui, então,

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

visivelmente podemos ver a redução em 2020, por conta da pandemia, e uma recuperação prevista para o ano de 2021, mas aqui também há uma ressalva a ser feita do efeito da inflação. Então foi uma recuperação, mas não nos parece uma recuperação tão, uma retomada tão forte do ponto de vista da circulação de mercadorias, se descontarmos a inflação.

Aqui temos o IPVA, também bastante estável nos últimos anos. Nossa projeção é de praticamente manter a arrecadação em 2021. As transferências correntes da saúde, são os valores que recebemos de outros entes federativos, União e o Estado de São Paulo. E aí a nossa projeção é de uma redução e isso em virtude obviamente da redução dos repasses para a Covid, que obviamente alcançou um recorde histórico em 2020. Então este ano já tivemos uma transferência menor, recebemos menos recursos da União. Isso está aqui demonstrado nesse gráfico.

A educação, uma recuperação das transferências, aqui basicamente o Fundeb. A assistência social, e aí também temos um efeito, 2020, da pandemia. E aqui, em 2021, na verdade o Governo Federal deixou de fazer algumas transferências. Enfim, a Secretaria, inclusive, está correndo atrás disso, a SMADS está correndo atrás disso, mas o Governo Federal não fez os repasses costumeiros que costuma fazer para o Município de São Paulo no ano de 2021.

Aqui, a outorga onerosa, também depois de um ano muito bom, 2019, a queda brusca por conta da pandemia. E aqui já um sinal de recuperação, em 2021. Aqui, as receitas relativas ao contrato com a Sabesp, que alimenta o FMSAI, que é o nosso Fundo de Saneamento e Infraestrutura, também com pouca variação.

Uma queda nas receitas de capital e agora entramos aqui nos desafios da despesa, mais uma vez, por enquanto ainda estamos falando do cenário atual, que foi a base para fazermos a proposta orçamentária.

Então aqui as despesas de educação, só uma observação, de 2016 a 2020, estamos falando dos valores desempenhados. Em 2021, estamos falando do que hoje está disponível para cada pasta, cada função, obviamente isso não quer dizer nem que é um orçamento e nem

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

que será o orçamento final, ou empenhado final obviamente do ano. Então, por enquanto, estamos aqui com quase 15 bilhões da educação, 14 bilhões 883 milhões; na saúde, ainda 2020, um acréscimo forte por conta da pandemia, mas ainda, em 2021, um valor ainda superior, o crescimento constante das despesas de saúde, não só por conta da pandemia que continuou castigando a Cidade, em 2021, mas também porque os serviços de saúde vêm sendo ampliados.

Assistência social, também a mesma coisa, enxergamos o efeito da pandemia. Em 2021, ainda com muita repercussão da pandemia no orçamento da assistência social. E aqui, a compensação tarifária, que é o chamado subsídio de transportes, que desde 2018 alcançou a casa, de 2017 já estava próxima, a casa de 3 bilhões. Esses 2 bilhões 871 é o valor disponível hoje da Fazenda e Secretaria de Transportes, enfim, o Governo como um todo tem feito as gestões para tentar manter esse valor no menor índice possível, mas sempre lembrando que obviamente a pandemia agravou a questão do subsídio. Além do subsídio normal que a Prefeitura faz e tem que fazer no transporte urbano, a queda das receitas tarifárias com a pandemia obviamente agravou esse quadro. Então temos feito aí um esforço junto à Secretaria de Transportes, SPTrans, para tentar manter esse subsídio num valor menor possível.

Aqui são as concessões de lixo e a varrição de lixo, o contrário de varrição, também aqui volto a dizer, estamos falando ainda de 2021, o valor disponível, isso não quer dizer que vamos fechar nesse valor. Estamos aqui também fazendo as gestões necessárias para manter essa despesa sob controle.

E aqui o nosso regime próprio da Previdência. Então a coluninha verde é a insuficiência, ou seja, a quantidade de recursos que a Prefeitura tem de aportar no Iprem para cobrir o déficit de caixa no pagamento das aposentadorias e pensões. O azul é o valor da contribuição que o servidor faz. O amarelo é a contribuição patronal e aqui esse pequenininho azul, mais em cima, é a compensação entre regimes. Ou seja, entre o Iprem e o INSS, ou entre o Iprem e outros regimes próprios quando há ingresso de um servidor que já foi servidor de outra esfera. Mas os senhores vejam que essa ainda é uma despesa, falando aqui da insuficiência, basicamente o valor que a Prefeitura tem de aportar no Iprem anualmente, nós ainda estamos

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

tendo um aumento dessa necessidade de caixa.

E agora então o orçamento de 2022. Primeiro, o cenário econômico, quer dizer, temos que obviamente ao fazer a proposta orçamentária, temos de nos valer das projeções econômicas para o ano de 2022. Então essa aqui é atividade econômica, ou seja, quanto a economia brasileira e a economia de São Paulo devem crescer segundo as projeções dos economistas. E aqui estamos colocando o Relatório Focus como nossa base, esse Relatório é atualizado, estamos usando aqui o de 15 de outubro, que é o último Relatório Focus disponível.

Quando fizemos a proposta obviamente tínhamos um cenário um pouco diferente, mas enfim, o importante é que o retrato hoje é esse aqui. Estamos então imaginando, estamos prevendo um crescimento econômico, em 2021, de 5% e, para 2022, apenas 1,5%. E a tendência desse número, pelo menos, por enquanto tem sido de redução do crescimento de 2022. Esse número já foi menor e tem tendido a reduzir. Ou seja, as expectativas para 2022 não são tão boas. Só ilustrando, o tombo do PIB, em 2020, por conta da pandemia.

Aqui é a nossa previsão de inflação, estamos usando aqui o IPCA, e como havia dito, a aceleração da inflação nesse ano de 2021 está sendo muito forte, todos têm sentido isso. Hoje a projeção é 8,69, mas tem aumentado também, a cada relatório essa projeção está aumentando. Esperamos que isso consiga ser controlado. E para 2022, por enquanto, a nossa projeção de inflação é 4,18%.

Aqui as taxas de juros, também a partir de 2020, o crescimento da taxa Selic, também foi bastante forte. Hoje a projeção é de 8,75 para 2022, mas obviamente se a inflação não ficar sob controle, esse número ainda pode aumentar. Então hoje estamos trabalhando com a projeção de 8,75, segundo o Relatório Focus, mas também com um viés de alta dependendo do comportamento da economia, especialmente da inflação.

Aqui também é um dado de desemprego. Então temos a partir do ano de 2020, um aumento expressivo do desemprego, isso é resultado também da pandemia, a partir de março e abril. Enfim, estamos agora ainda numa curva de recuperação, mas ainda é muito cedo para saber se essa curva é de fato constante, se realmente vamos ter uma recuperação mais estável

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

do emprego.

Mas aqui a boa notícia é de que pelo menos do ponto de vista da cidade de São Paulo, depois do desastre que foi a pandemia, e fizemos esse gráfico aqui até com base no próprio mês de março de 2020, que foi o mês em que começamos o fechamento das atividades da economia. Então os senhores vejam que foi uma queda muito forte, mas agora já temos aqui um número positivo de criação de 214 mil vagas desde aquele período. Só de agosto, 40 mil vagas foram criadas, então um saldo positivo de março, de 214 mil empregos. Isso com base no Caged.

E aqui, como havia dito, do ponto de vista do mercado imobiliário, tivemos não só um aumento, um crescimento das transações imobiliárias, os senhores podem ver claramente, se fizermos uma comparação de 2020 com 2021, especialmente o começo do ano, começo de 2020 com esse período aqui, vemos que o número de transações acelerou bastante, isso mostra o aquecimento do mercado imobiliário. E aqui essas curvas de inflação e de valorização dos imóveis, então aproximadamente 7% pelo índice FipZap, que é o índice, digamos assim, de valorização dos imóveis do mercado, contra uma inflação do IPCA de 12 meses de 11,73%.

Feita essa introdução, passamos para as projeções que usamos para o projeto de lei orçamentária de 2022. Em 2021, tínhamos uma projeção de receita corrente no projeto da LOA de 60 bilhões. Nossa Lei Orçamentária previa receitas correntes de 60 bilhões, e hoje estamos com uma previsão de efetivamente arrecadar 67 bilhões. Mais uma vez fruto da inflação e fruto da recuperação, da retomada econômica que foi muito mais forte do que se imaginava quando a LOA foi preparada.

Para 2022, nossas receitas correntes estão previstas em 70 bi. É um aumento de 4% em relação ao que temos efetivo, enfim, a nossa previsão de arrecadação efetiva, e 17% em relação a LOA de 2021. Volto a dizer que, obviamente, tem um efeito de inflação e outro de crescimento econômico, mas a inflação obviamente tem uma boa responsabilidade sobre isso; e temos a nossa receita de capital, de que também estamos prevendo o aumento; e aqui a nossa proposta orçamentária total é de R$ 79 bilhões 215 milhões para 2022.

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

Se houver alguma dúvida sobre essas receitas intraorçamentárias, depois, o Sr. Fabiano e a Sra. Cláudia também poderão tirar qualquer dúvida. Mas nós temos 7% acima da nossa previsão efetiva deste ano, que é de R$ 74 bilhões de receita total, e 17% da lei orçamentária de 2021, um cenário bastante positivo para o orçamento da Cidade.

Aqui é uma separação dos nossos principais tributos, não só os municipais, ISS, IPTU e ITBI, mas também os repasses dos tributos estaduais, que são bastante importantes para nós. Então, o ISS teve um crescimento bastante forte, que já falamos nos relatórios trimestrais, um crescimento acima da inflação. Isso mostra que vários setores estão se recuperando com intensidade.

Essa é a justificativa para esses 26% sobre a LOA de 2021 e o crescimento de 7% em relação à arrecadação efetiva que nós estamos prevendo para 2022. Obviamente, temos que considerar que teremos uma inflação forte e se esse efeito vai ser sentido.

O IPTU também teve um crescimento, porém, menos importante; diferentemente do ITBI, que teve um crescimento importante por conta da aceleração das operações imobiliárias; embora nós achemos que isso também tenha alcançado o pico. Então, dificilmente terá um crescimento efetivo das transações em relação a 2021.

O ICMS teve um crescimento pequeno, não estamos enxergando um crescimento grande da arrecadação do ICMS; e o IPVA teve redução da arrecadação em virtude da eventual desaceleração do mercado de automóveis.

Receitas não correntes, temos a previsão de arrecadação, com os Cepacs, de R$ 442 milhões. Temos três operações, das quais uma foi de leilão recente que houve da Operação Faria Lima; mas provavelmente teremos leilões da Operação Água Branca e um leilão da Operação Água Espraiada, que tem a possibilidade de ser retomado também.

Previsão de desestatizações e alienações de imóveis: estamos prevendo algumas outorgas com relação a concessões que estão sendo licitadas, tendo recentemente a abertura de envelopes para terminais, enfim, há outras previstas.

Uma informação importante é a previsão de operações de crédito da ordem de R$

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

2,67 bilhões para o ano de 2022, além de ingresso de R$ 953 milhões a título do PPI que está aberto agora e que vai gerar efeitos positivos na arrecadação de 2022 também.

Esse é um quadro de renúncias de benefícios fiscais que a Prefeitura de São Paulo concede ou que a legislação, inclusive a Constituição, concede em caso de imunidade. Então, o que chama atenção é que, no ano de 2021, temos quase R$ 3 bilhões por conta do PPI que está aberto e que, obviamente, concede aos contribuintes que aderem um desconto substancial de multas e juros.

Do ponto de vista de despesa, fazendo uma comparação da LOA de 2021, temos uma variação de 10,79% no geral e pessoal, sendo 3,7% pessoal ativo e 7,7% das pensões e aposentadorias, um crescimento de outras despesas correntes – ODC – de 2,95%, um crescimento muito expressivo de investimentos. Então, a Cidade está batendo recorde de recurso disponível para investimentos em 2022, da ordem de R$ 6,7 bilhões.

Nem em valores corrigidos, chegou-se perto desse valor, então no ano de 2022 teremos esses recursos à disposição para investimento. E o serviço da dívida está aumentando um pouco, mas é efeito da inflação e dos contratos; e uma reserva de contingência de R$ 220 milhões.

Portanto, nós fechamos o Orçamento total de R$ 79 bilhões 215 milhões. Basicamente, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Dr. Thulyo e todos os presentes, esses eram os pressupostos que foram utilizados para a peça orçamentária de 2022, que está sob análise da Câmara Municipal.

E, só reforçando, nós teremos vários encontros temáticos para discutir o orçamento de cada pasta, cada função de governo, enfim, e poderemos detalhar melhor cada uma das políticas públicas, dos programas e dos investimentos que estão previstos.

Sr. Presidente, essa é a nossa apresentação inicial. Estamos à disposição para esclarecimentos; não só o Dr. Fabiano, o Dr. Samuel, que são os responsáveis pelo planejamento da Secretaria da Fazenda, mas também a Dra. Cláudia, que é a chefe da assessoria econômica que teve um papel muito importante nessa definição de premissas e

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

parâmetros.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Secretário. O objetivo é esse mesmo.

Registro a presença do nobre Vereador Delegado Palumbo.

Passo a palavra ao Sr. Marcos Thulyo Tavares, Auditor fiscal do TCM.

O SR. MARCOS THULYO TAVARES – Bom dia a todos, Sr. Presidente, todos os Vereadores presentes, colegas da Secretaria da Fazenda e todos os munícipes que nos acompanham nesta importante audiência pública, a primeira audiência do projeto de lei orçamentária anual.

Os trabalhos do Tribunal de Contas com relação a este projeto de lei estão em andamento e nós pretendemos finalizar o relatório nos próximos dias para poder subsidiar a segunda audiência pública. Enviaremos, como sempre, por *e-mail*, a esta Comissão, além de formalmente, via ofício.

Esse *time* é importante para conferir maior efetividade de atuação do Tribunal de Contas, à medida em que avaliamos os aspectos legais, contábeis e fiscais do projeto e propor as oportunidades de melhoria à redação antes que o projeto seja aprovado em lei.

Vou adiantar rapidamente alguns dos apontamentos, dos achados de auditoria, que nós já podemos citar, sem prejuízo de outros que podem surgir ao longo do restante do tempo do trabalho.

Constata-se que há um equívoco na redação do art. 8º, Inciso X, do PLOA, que diz o seguinte: “Ficam excluídos do limite estabelecido no art. 7º desta lei os créditos adicionais suplementares”. Inciso X: “Destinados a suprir insuficiências das dotações decorrentes da aplicação do art. 20 desta lei”. Então, onde se lê “art. 20” deveria ser “art. 19”.

Sobre os créditos adicionais, o parágrafo II do art. 7º do projeto de lei infringe o Inciso VI do art. 167 da Constituição ao autorizar o Poder Executivo a transpor, remanejar, transferir, utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária e créditos adicionais sem autorização legislativa específica.

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

Ainda sobre os créditos adicionais, o limite de percentual para as modificações orçamentárias contém uma diversidade de exceções, o que reduz a sua própria eficácia permitindo ampla discricionariedade ao Poder Executivo.

Sobre o orçamento da seguridade social, o valor do orçamento da seguridade social não está apresentado de forma discriminada no PLOA, conforme prevê o art. 165, Parágrafo V da Constituição.

Sugerimos então, como oportunidade de melhoria, detalhar o valor separado para cada tipo de orçamento: o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimentos.

Sobre renúncia de receitas, constata-se a falta de indicação das medidas de compensação no demonstrativo dos efeitos decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira tributária e creditícia. Essa é uma infringência ao art. 5º, Inciso II, da LRF, e ao Manual de Demonstrativos Fiscais.

Sobre a dívida pública, o demonstrativo da compatibilidade entre o orçamento e as metas fiscais divulgado no PLOA carece de detalhamento em relação à variação de R$ 6,2 bilhões entre o valor da dívida consolidada apresentado na LDO de 2022 e na LOA de 2022.

Último apontamento, até agora: receitas com alterações de crédito. Constata-se que há uma divergência nos valores referentes às operações de crédito, pois no art. 3º do PLOA consta a receita prevista em operação de crédito num montante de R$ 2,7 bi. Já na página 246 do projeto, foi mencionada a receita com operações de crédito num montante de R$ 5,2 bilhões. Portanto, é necessário corrigir essa divergência de valore das operações de crédito.

Em consulta à origem, nós questionamos esses números e fomos informados de que o valor correto é R$ 2,7 bilhões para a operação de crédito e que seria providenciada a retificação do anexo que contém o número incorreto.

Sr. Presidente, são essas as breves considerações iniciais do Tribunal de Contas. Permanecemos à disposição.

Muito obrigado.

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Registro a presença do nobre Vereador Sansão Pereira. O nobre Vereador Eduardo Suplicy pede uma certa prioridade de fala em função de outra atividade. Depois eu vou propor que ouçamos os nobres Vereadores, em torno de dez munícipes, e aí já abre a palavra para um Vereador, mais dez, de acordo com o tempo de cada um.

Vereador Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Muito bem, Presidente Jair, prezado Sr. Thulyo; caro, querido Secretário Guilherme.

Primeiro, uma dúvida.

Na sua exposição foi apresentado um momento em que os gastos na Assistência Social, em 2021, tinham diminuído muito, e chegou a mencionar que a Secretária da SMADS está tentando obter do Governo Federal a liberação de recursos, salvo engano. Depois mostrou numa tabela a função Assistente Social, mas que em 2021 tinha uma considerável quantia. Então só tirar a dúvida: entre uma e outra, qual é a diferença, por favor?

Depois, como tenho acompanhado a batalha em favor da Renda Básica de Cidadania – ainda hoje estava preparando um artigo para a *Folha de S.Paulo*, mas isso em nível de Brasil –, observei que o Ministro Paulo Guedes, no dia da sua posse, fez uma crítica severa às desonerações fiscais. Chegou a chamar *piradas privados e burocratas corruptos* os que se apropriam de recursos públicos. Entretanto, apesar dessa crítica, o Governo Federal do Bolsonaro tem aumentado o volume de subsídios e créditos fiscais. E o Instituto Fiscal Independente, pelo seu Diretor Josué Pellegrini, seu Presidente, chamou a atenção de que não houve qualquer mudança na legislação no Governo Bolsonaro. E enquanto os benefícios tributários no orçamento de 2018 foi de 321,4 bilhões de reais, em valor atualizado pela inflação, já para o projeto de orçamento de 2022 estimam um total de 371,1 bilhões em incentivos tributários.

Eu queria lembrar que em março de 2017, participando da reunião da Organização Mundial do Comércio, em Genebra, a Presidenta Dilma, já passada do Governo, foi perguntada

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

pelo jornalista: “A senhora cometeu algum erro como presidente?” Ela admitiu um grande erro: promover a desoneração fiscal. Observou, entre aspas: “Eu acreditava que, se eu diminuísse impostos, teria um aumento de investimentos. Eu diminuí, e me arrependo disso. No lugar de investir, eles, os empresários, aumentaram a margem de lucro”.

Então essas duas observações são importantes para a reflexão sobre se será um dia possível cumprir a Lei 10.835, de 2004 – que você conhece como meu aluno, não é –, instituindo por etapas a Renda Básica de Cidadania até chegarmos à sua universalidade e incondicionalidade.

O Bolsa Família tem um orçamento de 34,7 bilhões de reais, previstos para beneficiar 14,7 milhões de famílias pobres, os benefícios fiscais e creditícios alcançam uma quantia muito maior. Em grande parte, as desonerações fiscais correspondem a uma transferência de renda para os mais ricos. Então eu tenho procurado persuadi-los todos de que será melhor um dia se pagar a todas as pessoas, de tal maneira que os que têm mais recursos vão contribuir para que eles próprios e todos os demais, até que tenhamos a Renda Básica Universal.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O senhor conclui para mim, nobre Vereador?

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Eu gostaria de apenas ouvir uma breve reflexão sua: se, como um especialista na área de finanças... (Falha na transmissão) ...chegar à Renda Básica Universal e Incondicional com a cooperação dos três níveis de governo. Então uma breve reflexão sua a respeito dessa problemática.

Muito obrigado. E parabéns pelo seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Senador Suplicy, Vereador Suplicy, nosso Líder.

Bom, já está à disposição, o nobre Secretário, para essa exposição à nossa Comissão de Finanças.

Desde já, muito obrigado. Faremos as audiências públicas, conforme o Secretário falou: começaremos dia 26 já com cultura; no dia 27, educação. E vamos aprovar hoje, na Comissão de Finanças, na reunião, um calendário. E assim abriremos as pastas, as contas.

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

Muito bem.

A SRA. JANAÍNA LIMA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vereador Janaína, bem-vinda.

A SRA. JANAÍNA LIMA – Obrigada, Sr. Presidente. Eu estou desde o início; estava ouvindo o Secretário. Até ouvi toda a fala. Inclusive, os apontamentos do sempre Senador Suplicy. Mas uma coisa que o Secretário...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu fiz uma observação, Vereadora: ouvirmos dez munícipes e um vereador ou uma vereadora. Pode ser?

A SRA. JANAÍNA LIMA – Claro. Claro que pode. Mas o Secretário está indo embora?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não, o Secretário ficará aqui até as oito da noite.

A SRA. JANAÍNA LIMA – Então está bom. Claro.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Fique tranquila, nobre Vereadora.

Pode ser esse critério? Vamos ouvir dez munícipes?

A SRA. JANAÍNA LIMA – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Já a coloco como inscrita no rol de Vereadores. Eu a considero já inscrita para falar após a décima fala, *ok*?

A SRA. JANAÍNA LIMA – Combinado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Marlon, rapidamente.

O SR. MARLON LUZ – Só pedir para o Secretário nos encaminhar essa apresentação para o nosso *e-mail*.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ah, sim, a Assessoria dele nos encaminhará.

Reafirmando, Secretário: peço para que a exposição chegue até a nossa comissão.

Primeiro inscrito: Mauro Claro. (Pausa) Eu vou dar sempre uns dez segundos, por conta da conexão. Não, cinco segundos são suficientes. Nós temos 50 inscritos.

Mauro Claro. (Pausa) Não conectou.

Maria Angélica Oliveira. (Pausa)

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

Adilson Araújo.

Íkaro Gomes dos Reis.

O SR. ÍKARO GOMES DOS REIS – Aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem. Com a palavra por três minutos, por gentileza.

O SR. ÍKARO GOMES DOS REIS – Tudo bem.

Bom dia, Presidente; bom dia, Vereadores, Vereadoras. Bom dia também ao Secretário e às demais pessoas que acompanham a audiência.

Meu nome é Íkaro, eu sou estudante de Gestão de Políticas Públicas na Universidade de São Paulo. Faço parte da turma que vem acompanhando as atividades da Comissão desde agosto. E relato que tem sido uma experiência bastante positiva. E estamos colhendo bastante subsídios para refletir sobre a atuação da Comissão.

Gostaria de fazer uma contribuição sobre o Anexo II do PL, que trata da metodologia e da projeção da receita; mais especificamente com relação ao ITBI. Não é uma fala em relação ao cálculo, a metodologia de cálculo, mas da interpretação dos dados do ITBI.

Como o Secretário apresentou os dados entre maio de 2020 e maio de 2021, houve um aumento expressivo – cerca de três vezes que ficou o valor de receita. E isso foi recebido como um efeito da retomada da economia, como disse o próprio Secretário.

Bom, de certa forma, é verdade. Mas eu queria chamar a atenção para que possamos refletir de uma maneira um pouco mais crítica em relação ao aumento da receita.

Bom, se avaliarmos que o setor imobiliário cresceu, na média, 14%, o próprio sindicato de habitação aqui de São Paulo relata que a média nem sempre reflete tão bem a realidade, porque, nos imóveis de 900 mil reais a um milhão e meio, tivemos um aumento de 35%. E os imóveis acima de 1 milhão e meio aumentaram 35% a venda, os valores. Então, como relata o próprio Basílio Jafet, que é o Presidente do sindicato, esse movimento tem favorecido as famílias mais abastadas. Ou seja, um próprio movimento relacionado à dolarização da economia, à desvalorização do real frente ao dólar, que, no ano de 2018 a 2020, girou em torno

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

de 40%. Para muitos de nós, diria que a maioria esse valor representa a inflação e o custo de vida mais alto; para quem tinha economias em dólar representou um lucro extraordinário. E lucro que não pôde ser revertido no mercado financeiro, dada a baixa taxa de juros, e que acaba sendo revertido justamente na especulação imobiliária. Então esse dinheiro tem sido revertido em imóveis de alto padrão, em imóveis de luxo.

Então a minha contribuição é para que possamos refletir um pouco sobre a alíquota do ITBI aqui no nosso município, dado que hoje é de 3% - e já há municípios que cobram 5% na taxa de ITBI. Isso favorece para que reduza o movimento de especulação imobiliária, porque e a moradia deve ser usada de fato como valor de uso (Ininteligível) qualidade de vida.

Para concluir, gostaria de fazer um convite para pensarmos, revermos essa alíquota, para dificultar essa possibilidade de especulação com os imóveis, porque são imóveis de alto padrão. E dada essa taxa baixa de alíquota, acaba favorecendo a especulação imobiliária, gerando um prejuízo à própria política urbana.

Como aluno que vem acompanhando as atividades da Comissão, eu me coloco à disposição. E vamos seguir acompanhando a comissão até o final do ano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bruno Ribeiro.

O SR. BRUNO RIBEIRO – Bom dia a todos. Bom dia a todos que apresentaram.

Eu sou o Bruno Ribeiro, do Butantã. E a minha fala é para lamentar que não foram aprovadas no orçamento todas as cinco medidas que foram votadas pelo conselho participativo aqui na reunião do Butantã; especificamente, é sobre saúde.

Eu faço parte de um movimento de saúde aqui na região, o coletivo Butantã na Luta, e nós lamentamos muito que a participação popular venha sendo colocada de lado, tanto em âmbito federal quanto em âmbito estadual e municipal, desde a gestão Doria, passando pelo Bruno Covas, e, agora, pelo Prefeito Ricardo Nunes. Refiro-me à participação dos conselheiros na formulação de políticas – sendo barrada no orçamento, nesse caso, depois de um processo democrático de voto *on-line*.

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

Lamento muito que seja o caso. Espero que a luta popular possa reverter isso no decorrer do ano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Bruno. Muito bem.

Marcelo Arno Nerling. (Pausa)

O SR. MARCELO ARNO NERLING – Exmo. Sr. Presidente da Comissão, demais Vereadores e Vereadoras, representante do Tribunal de Contas, Exmo. Sr. Secretário, também, a população a quem serve esta audiência pública. Uma audiência pública é para ouvir a população, infelizmente, a gente precisa repensar e, talvez, desenvolver um experimentalismo democrático à altura de uma sociedade democrática moderna, à altura de uma cidade inteligente que é feita, exatamente, de pessoas inteligentes. E há um mínimo numa sociedade democrática a que não se pode ficar e, particularmente, no que tange ao cumprimento da legislação e da matéria orçamentária e financeira patrimonial e contábil da Administração Pública.

É lamentável que a gente chegue a esse momento da audiência pública sem que esses dados tenham sido previamente desvelados em tempo real. Sempre essa apresentação tanto do Executivo quanto do Tribunal de Contas que vêm aqui e nos confessam que passados vinte dias da apresentação desse Projeto de Lei não têm um primeiro parecer e que nós venhamos a esta audiência pública sem dos dados para podermos aprofundar com mais rigor, a técnica necessária para esse experimentalismo democrático.

O que se percebe é que as leis mudam, mas a instituição, não. Portanto, o que nós estamos sentindo muita falta, bem destacava o acadêmico Íkaro na fala que antecedeu, nós somos um grupo de professores e alunos, acompanhando a Comissão de Orçamento e Finanças, e nos reunimos previamente discutimos a teoria, avaliamos a pauta e, depois, acompanhamos a reunião da Comissão.

O que nós estamos destacando e chamando a atenção de forma reiterada – esta não é a nossa audiência pública, é exatamente primeiro a necessidade de que as autoridades promovam audiência públicas para ouvir o povo. Uma cidade inteligente como São Paulo é

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

formada de muitas pessoas inteligentes. O que nos falta é um processo legislativo orçamentário que, de fato, gabarite a contribuição popular e, também, especial, que cumpra o artigo 20, da Lei de Introdução ao Direito Brasileiro, que é o Decreto 4657, que foi alterado em 2018 pela Lei 13.655. A lei mudou, mas a prática do processo legislativo de São Paulo, a cidade mais inteligente do país não mudou.

Portanto, nós precisamos repensar nessa discussão do PL 669/2021 que é a lei orçamentária. Eu poderia me ater, por exemplo, ao volume 7, que considero extremamente importante, ou a primeira página de toda a matéria na Câmara de Vereadores, que mostra claramente que nós temos um orçamento funcional e não temos um orçamento programático, que nós falamos de ações antes de falamos de atividades, antes de falarmos de projeto, e sem vincularmos a esses projetos concretamente a uma programação.

Obviamente, isso é parte de todo esse desarranjo, tanto que nós estamos hoje discutindo a lei orçamentaria anual, sem que tenhamos discutido o plano plurianual, e, antes disso, nós aprovamos uma lei de diretrizes orçamentárias.

Vou concluir, Sr. Presidente.

Isso mostra o descompasso do devido processo legislativo no sétimo maior orçamento do país, que discute de forma desordenada e que não segue uma linha de plano diretor, plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. Portanto, esperamos, por fim, que venha uma pauta desse conjunto de reuniões, dado que é da Comissão a responsabilidade de analisar a proposta e promover os debates tanto gerais quanto temáticos, e considerar a sugestão dos Munícipes.

O que nós percebemos é que é uma audiência pública de discussão de uma importante lei orçamentária – e vamos nos encontrar amanhã de novo – que nós tenhamos o mesmo ou pior tratamento do plano plurianual, e, obviamente, isso significa que nós não estamos discutindo o orçamento geral; não estamos discutindo o plano plurianual, e se há alguma lei maior do que o plano plurianual, eu gostaria de aprender porque eu, realmente, desconheço. Então, eu tenho pequenas funções temáticas, mas não tenho uma visão geral e isso nos deixa

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

aquém desse mínimo que a democracia de São Paulo e a cidadania, os cidadãos e os Munícipes esperam desse importante poder da república fundamental para a democracia.

Agradecido pela oportunidade, depois de ouvirmos por uma hora o Executivo, e ao cidadão que é quem deveria se pronunciar, reservam três minutos.

Um abraço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem. Chamo, agora, o Sr. Camilo de Souza Torres e anuncio, Marcelo, que concomitantemente, ocorrerão as audiências do PPA e da LOA. Podemos nos encontrar amanhã novamente.

O Sr. Camilo de Souza Torres (Pausa). Farei segunda chamada. O Sr. Osmar Araújo.

O SR. OSMAR ARAÚJO – Bom dia a todos e todas. Vim falar um pouco dos Pontos de Cultura e do território da zona Norte. Falar que os Pontos de Cultura é uma política pública municipal e também uma lei federal que abarca todas as linguagens artísticas e culturais: samba, rock, reggae, dança, teatro, que é o que a gente faz na organização que eu lidero que é a Mudança de Cena, tecnologia, educação. Estamos em todas as partes da cidade e precisamos continuar nesse fortalecimento. Pontos de cultura vai além ao se enredar na economia comunitária, a exemplo dos saraus, gerando desenvolvimento para bairros, distritos, enfim, para a cidade. Pontos de Cultura oferecem atividades culturais para crianças e jovens em complemento ao que fazem as redes de ensino municipal e estadual, e, de acordo com o BNCC, Base Nacional Curricular que prevê atividades culturais dentro de escolas. Não é à toa que Pontos de Cultura são, também, escolas públicas. Tem uma lei federal que prevê que escolas públicas sejam pontos de cultura.

Para continuar a prestar esse serviço, nós temos como base os 15 milhões que foi o edital de 2014-2015, aprova pela cidade em parceria com a atual Secretaria Nacional de Cultura, antigo Ministério da Cultura.

Também dizer que, para variar, a zona Norte é prejudicada na questão da rede e da presença de atividades culturais e políticas públicas para o nosso território. Precisa haver o aumento de recursos e equipamentos para cá. Vão me falar que tem o CCJ, mas é um grande

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

equipamentos, sim, de referência – sei da história dele, nem foi uma iniciativa do setor cultura, era um prédio que existia para ser um banco de alimentos, enfim, a gente tem essa conquista, mas o território é amplo e tem regiões carentes; eu falo sempre do trás dos Montes, do Alto de Santana, que é um bairro de classe média alta, mas nós temos outros bairros para trás nas periferias da zona Norte que precisam de casas de cultura, de políticas públicas, de pontos de cultura. Então, peço 15 milhões. A rubrica está em míseros 1 mil reais, ou seja, só deixaram a rubrica. Então, precisamos de recursos para os Pontos de Cultura.

Também ressaltar o edital Redes e Ruas, pedindo 3,5 milhões e é muito importante para também complementar porque é um edital transversal que liga a cultura com outras áreas, principalmente, com a Secretaria da Cidadania e de Direitos Humanos.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Peço sempre a gentileza de cumprirem o tempo. Nós temos mais de 50 inscrições, fora as dos Vereadores. Sr. Uil Ribeiro.

Vereador Celso Giannazi está presente.

O SR. UIL RIBEIRO – Bom dia a todes. Vereador Jair Tatto, Presidente; Vereadores presentes; Secretário. Sou Uil Ribeiro, homem preto cis, tenho cabelo dreadlocks, uso óculos de grau com barba por fazer. Eu quero representar a pasta da Cultura e reivindicar um aporte de recursos que faça valer à pena a cultura dentro do Município, que é tão carente, que realmente precisa de um olhar mais abrangente e equitativo, principalmente, para as bordas, falando dos territórios periféricos, precisam de incentivos bem significativos e propostas e contrapartidas para ativar muito mais esse setor.

Nós lutamos, realmente, por toda essa situação. Estamos propondo, desde o ano passado, com vários coautores da Câmara Municipal de São Paulo o PL 343 que auxiliará muito como emergencial, nesse período de pandemia, em que ainda nos encontramos e, principalmente, para o pós-pandemia, que é uma campanha de retomada que já vem sendo feita pela Prefeitura de São Paulo. Não podemos nos esquecer de colocar orçamento nessa rubrica para que seja aprovada em segunda votação e já tenha de onde retirar e aplicar os recursos.

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

Outra demanda: quanto aos congelamentos que são feitos logo no início do ano, então, fazemos esse debate dentro da LOA, porém, conseguimos valores significativos para dentro das linhas da pasta da Cultura, porém, não são aplicados, não são executados de verdade. No caso do reggae, por exemplo, conseguimos, no ano passado, em torno de 3 milhões, e foi congelado, foi descongelado durante o ano inteiro somente 700 mil reais. É surreal. Fazemos essa defesa, participamos publicamente em condições para melhorar as movimentações, e isso não é refletido no ano subsequente.

A minha fala fica nesse sentido. Espero que tenham um olhar, um respeito para com a cultura desta cidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Uil. A Sra. Flávia de Barros Moreira Pires.

A SRA. FLÁVIA DE BARROS MOREIRA PIRES – Eu queria relatar um problema muito sério que a gente vem percebendo, não só da pasta da Cultura, mas, também, em relação ao todo dos trabalhos da Câmara que é a efetivação das audiências todas com 100% presencial. Inclusive, a pasta de Cultura, o não cumprimento do PL 343 que eu reforço a fala do colega, e a previsão do Executivo de contratação 100% presenciais. A gente teve na CPI da covid, o Dr. Otto, Senador, afirmando uma pesquisa que comprova que a covid pode ser uma doença autoimune – esqueci-me de falar do meu apreço pelo Eduardo Suplicy, que tenho desde os 16 anos, como um ajudador da população mais humilde, só dando os meus votos a ele.

Muitos médicos e cientistas, incluindo o Miguel – eu esqueci o nome -, relata que a Covid é uma bomba biológica. Então, ela não causa só morte. Ela causa, depois de um certo período, o que a gente chama de covid crônica, que pode causar problemas de audição, de memória, de trombose, de impotência, de infertilidade, de diabetes, e isso não está sendo levado em consideração pelo Executivo e pela Casa. Você acaba descumprindo o que há na Constituição, de acesso do povo à Casa do Povo quando se restringe as audiências públicas a 100% presencial, assim como as contratações da Pasta de Cultura, onde nem todos os projetos

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

precisam ser presenciais. Não conseguem ter o acesso dos seus trabalhos de modo virtual, isso está sufocando aquelas pessoas que não querem correr o risco, seja por terem comorbidades, seja por terem pessoas de comorbidades na família, ou simplesmente por não quererem desenvolver todas essas doenças que a Covid acarreta. Tenho pessoas próximas que estão com duas doses e estão paralíticas, só mexendo os olhos. Há pessoas com duas doses que também estão morrendo.

Então, a gente não está vendo nem pela Casa do Povo, que é a Câmara, e nem pelo Executivo, a questão do novo normal. Essa doença vai prevalecer com a gente. A gente tem uma variante, que já está no Brasil, no Amazonas, já está em Minas, que é a variante "Mi", que burla a vacina de modo avassalador. Do jeito que as coisas estão ocorrendo de forma presencial, a chance de se ter novas variantes que vão burlar a vacina é muito grande. A chance de se ter um aumento de mortes é também muito grande. É isso que o Dr. Miguel Nicolelis alerta e muitos cientistas alertam. Não sufoquem a cultura, não sufoquem o acesso à população à Casa do Povo.

É essa a minha fala. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Flávia, muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Rodrigo Andrade Cardoso.

O SR. RODRIGO ANDRADE CARDOSO - Bom dia a todas e todos.

Venho hoje fazer uma fala nessa audiência um pouco de questionamento ao Legislativo, porque eu queria entender o objetivo desses nossos encontros. Eu participo há quatro, cinco anos aqui. Cada vez a gente acaba conversando com um secretário diferente, principalmente da cultura, nos últimos cinco anos foram cinco secretários diferentes. Parece que a coisa não anda e a gente vê uma abertura no Legislativo para que possamos dialogar, conversar sobre possibilidades de melhoria do aumento do orçamento para a cultura. A gente vê os próprios secretários de cultura passados ironizando e ridicularizando as nossas falas na audiência pública, enquanto a gente está batalhando para o aumento da cultura para que ele trabalhe melhor, para depois a gente falar da competência ou incompetência deles na execução

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

desse orçamento. A Elaine, da subcomissão de cultura, já trouxe que de toda a cultura na cidade de São Paulo esse ano apenas 40% do orçamento foi executado.

Eu gostaria de saber do Legislativo o que a gente pode ter de ação, porque no ano passado o Secretário da Fazenda deu a palavra em audiência pública para o nosso Vereador - acho que até então o Presidente da Comissão de Finanças, o Donato - de que não congelaria os trabalhos feitos pela Câmara, e junto aos movimentos de cultura não congelaria os orçamentos. E foi feito um grande trabalho com os Vereadores, principalmente com o Donato e o pessoal da comissão de cultura. A gente conseguiu, por exemplo, 3,8 milhões para o fomento do forró, dos quais 3,2 milhões foram congelados propositalmente para se manter 650 mil no edital do ano passado e do ano anterior, como já havia acontecido, fora um monte de congelamento que acontece, mesmo com a palavra do Secretário. Eu aprendi com a minha família que quando a gente perde o valor da nossa palavra quer dizer que a gente vale menos do que um real. E nada acontece. A gente tem uma Secretaria de Cultura passada que faz propaganda enganosa, que até hoje não pagou ninguém de nenhum edital que eles disseram que anteciparam e nada acontece.

Então, eu queria entender qual é o objetivo dos nossos encontros, das nossas propostas, do nosso trabalho, porque tempo também é valoroso. O meu tempo é valoroso e eu passo muito tempo aqui. Por exemplo, a lei de fomento ao teatro é uma lei que traz em si o valor dela, e o índice de correção era para ter sido de 21 milhões no ano passado, e foi de 16 milhões o valor aprovado. E nada acontece com o descumprimento da lei. Então, eu queria saber quais são as ações que a gente pode ter efetivamente – a criação de leis ou o que -, para que sejam cumpridas as palavras dadas em audiência pública, principalmente as leis que não estão sendo cumpridas. As leis orçamentárias, como no caso da lei de fomento ao teatro, que não estão sendo cumpridas pelo Executivo. O aumento da demanda dos artistas prova que a Secretaria não precisa fazer cultura, os editais estão batendo recorde, triplicando as inscrições.

Então, a gente precisa que a Secretaria faça o gerenciamento de um orçamento maior que atenda a demanda da produção cultural da cidade de São Paulo, e não fique avaliando

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

o que é bom é o que é ruim para a cultura da cidade de São Paulo. Deixem os artistas trabalharem.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Conclua, Rodrigo.

O SR. RODRIGO ANDRADE CARDOSO - Para isso, encerro agora dizendo que a gente já fez os cálculos e a demanda da cultura da cidade de São Paulo exige um orçamento de um investimento de capital da cultura, como se coloca no *marketing* da cidade, que é de 3% para a cultura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado, Rodrigo. Certamente teremos todo o tempo do mundo, quando haverá as audiências temáticas. Fiquem tranquilos com relação a isso, não há necessidade de colocar tudo hoje, teremos todo o tempo necessário e presencial.

Tem a palavra o Sr. Luiz Carlos Silva. (Pausa)

Tem a palavra o Sr. Zé da Lua.

O SR. ZÉ DA LUA - Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Bom dia, Zé da Lua, três minutos, por favor.

O SR. ZÉ DA LUA - Primeiro queria cumprimentar todos os amigos e amigas que perderam algum ente querido pela pandemia nesse momento difícil que estamos vivendo.

Vim falar pela Pasta da Cultura. Quero relembrar que a gente iniciou uma luta por políticas públicas na Câmara Municipal, em 2017, pelo forró, pela cultura nordestina. Nesse primeiro ano conseguimos uma rubrica específica para o forró de 800 mil. Em 2018 foi a mesma coisa, conseguimos essa mesma rubrica, inclusive foi assinado pelo atual Prefeito Ricardo Nunes. Em 2019, com a luta de toda a comunidade da cidade de São Paulo, que engrossou bem esse coro, a gente conseguiu uma lei de fomento ao forró, com as várias comunidades da cidade.

E aí, o que aconteceu? Ano passado, a comunidade, como o Rodrigo acabou de falar, conseguiu esse valor de 3,8 milhões para essa comunidade e foi executado o edital de 650 mil apenas. Já esse ano, eles estão querendo diminuir o valor para 500 mil no orçamento. Então, eu acho que tem que repensar isso. No primeiro edital de fomento ao forró foram inscritos 54

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

projetos. Nesse ano de 2021, foram inscritos 120 projetos, então mais que dobrou o número de inscritos para esse edital de fomento ao forró.

Então, eu venho aqui deixar essa questão de que a cultura nordestina na cidade de São Paulo está muito efervescente. Há muitos grupos, agentes, coletivos, e a gente quer pedir que esse valor volte para pelo menos cinco milhões. E também que tenha um olhar para alguns centros de referência da cultura do forró na cidade de São Paulo. Por exemplo, na zona Leste – eu sou de São Miguel Paulista – a gente tem mais de quatro milhões de habitantes. Para vocês terem uma ideia existe uma luta de quase 50 anos por um centro cultural em São Miguel Paulista, que iniciou pelo MPA – Movimento Popular de Arte. Foi um dos primeiros movimentos da cultura da cidade de São Paulo. E até hoje não conseguimos esse centro cultural no extremo Leste da cidade.

Venho, então, solicitar um olhar para um ou mais equipamento de cultura no extremo Leste da cidade de São Paulo. Quero falar também sobre essa questão da cultura nordestina e também reforçar uma questão que a gente participa também sobre o bloco. A gente tem dois blocos de forró dentro do Carnaval da cidade de São Paulo, blocos de rua. Reforçar, então, essa questão do apoio ao Carnaval de rua da cidade de São Paulo. São muitos blocos inscritos todos os anos, quase mil. Que tenham um olhar diferenciado para essa cultura do Carnaval de rua, principalmente nas periferias da cidade, pois é muito centralizado no Centro.

Eu acho que é isso. Boa tarde a todos e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado, Zé da Lua. Após a fala do Alessandro, eu vou abrir a sessão ordinária e imediatamente suspender, coisa rápida, da Comissão de Finanças e Orçamento.

Tem a palavra o Sr. Alessandro Azevedo.

O SR. ALESSANDRO AZEVEDO - Bom dia a todos, a todas e a todos aqueles que nos assistem. Quero cumprimentar o Jair Tatto e na pessoa dele cumprimentar todos os parlamentares presentes; o Thulyo, do Tribunal de Contas; o Guilherme, da Secretaria da Fazenda; e todos os parceiros e parceiras dos movimentos culturais da cidade de São Paulo.

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

Eu vou inicialmente falar das nossas principais bandeiras enquanto movimentos culturais da cidade de São Paulo, que é o pleito de aprovar o PL 343, uma lei emergencial para o setor, que prevê 70 milhões de reais, similar ao que foi a Lei Aldir Blanc na cidade de São Paulo. Também o PL do Conselho Municipal de Cultura. Ambos os PLs estão aprovados em primeira, então a gente espera uma devolutiva do Executivo, só estamos dependendo disso, de o Executivo dar o retorno. E como pleito também, pleiteamos duas audiências públicas para a cultura e uma sub-relatoria para a cultura.

Dito isso, falo um pouco do segmento do qual eu faço parte, que é o segmento circense. Nós tivemos aprovados para esse ano um valor de 8,7 milhões, mas infelizmente só foram executados até agora 3,6 milhões em editais. Outro edital do Festival Internacional de Circo no valor de 1,5 milhão foi cancelado. Após lançado o edital tudo foi cancelado. Então, nós do setor circense, que tivemos quase dez milhões aprovados, até o momento só foram executados 3,6 milhões. Nós, como todas as outras atividades do setor cultural, que foi o primeiro setor a parar e será o último a voltar, continuamos nessa situação difícil. E, assim, toda argumentação que se usa é de que a culpa é da Secretaria da Fazenda, que congela, que realoca esses valores.

Então, aproveitando a presença do Secretário Guilherme, gostaria de saber, Guilherme, porque desde 2017, nós, movimentos culturais da cidade de São Paulo, temos uma luta permanente junto à Câmara Municipal, nesse momento principalmente da aprovação da PLOA, que é para aprovar um orçamento. A gente consegue um orçamento “x”, mas no ano seguinte vem o congelamento e sempre a vilã da história é a Secretaria da Fazenda, que corta ou realoca esses valores. Então será que dá para estabelecer um pacto de cavalheiros aqui com a Secretaria da Fazenda e fazer com que ela execute o orçamento?

É isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - *Ok*. Não temos quórum ainda lá, mas temos até 11h45 para ver. Consulto a Vereadora Janaína. É, hoje a coisa não está fácil não. A coisa está apertada. Eu parei no número 14. Eu passo à Vereadora Janaina Lima, que tinha pedido a

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

palavra. (Pausa) Janaina Lima? (Pausa) Vamos para Lídia Gama Monteiro.

A SRA. LÍDIA GAMA MONTEIRO – Bom dia a todos e todas. Meu nome é Lídia, faço parte dos movimentos culturais da cidade de São Paulo.

Eu inicio a minha fala referente ao Orçamento. Nós dos movimentos culturais brigamos pelo PL 343/20, um auxílio emergencial que vai abranger um grande número de trabalhadores da Cultura, e eu acho importante para o Legislativo e para o Executivo assim como para a população, até porque quem não tem dinheiro não consome. Como vocês já exemplificaram aqui, as nossas formas de tributação, duas delas são justamente referentes a serviços, não tem como consumir se não tem dinheiro envolvido. Então a gente pede um atendimento maior aí.

Outra coisa que percebi é que não adianta ficar brigando pelo aumento do Orçamento porque não teve nem execução do Orçamento que já passou. Então é pedir um pouco do administrativo essa transparência quanto à execução desse Orçamento.

Então pegando a fala do Alessandro, gostaríamos de marcar uma audiência pública pra conversar sobre a execução desse Orçamento bem como o aumento desse Orçamento, já que falamos de uma das maiores cidades do mundo.

Aí eu vou também entrar na fala do Ícaro porque se ele diz que o aumento maior do ITBI é sobre imóveis acima de 900 mil e, ao mesmo tempo, falou para a gente que o IPTU não teve correção, significa que quem tem dinheiro está comprando os imóveis e não está tendo essa correção. Em compensação, as pessoas prestadoras de serviço, elas não estão conseguindo essa capitalização de recursos por falta de pagamento.

Eu encerro a minha fala solicitando audiências públicas, como disse o Alessandro, para falar do setor da Cultura, e sobre a execução do Orçamento bem como atendimento maior ao PL 343/20, que realmente...

- Microfones abertos interferindo na fala da oradora.

A SRA. LÍDIA GAMA MONTEIRO – ...auxílio emergencial, está demorando um pouco. Muito obrigada!

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem, seguindo. Vereadora Janaína Lima, estamos aguardando quórum para... Vereadora Janaina está presente? (Pausa) Vamos voltar aqui, só um minuto. (Pausa)

A SRA. JANAÍNA LIMA – Obrigada, Presidente. Estou com problema de conexão.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – *Okay,* Vereadora Janaína Lima, com a palavra. Posso interrompê-la porque, assim que der quórum para abrirmos, e depois nós voltarmos. Tem a palavra, Vereadora.

A SRA. JANAÍNA LIMA – Tudo bem. Presidente, eu estava ouvindo a todos, e a fala do nosso Secretário tem algo que ficou muito bem apontado de que a inflação sempre afeta as despesas do próximo ano. No entanto, tem um ponto que precisa ser mais bem detalhado que foi a compensação tarifária, de forma ampla. Consta o valor de 2,5 bilhões sendo que esse valor é, há alguns anos, ultrapassado. O valor da compensação tarifária está girando em torno de 2,8 bilhões. Então a minha pergunta é: quais seriam os esforços da Fazenda, junto com a Secretaria de Transportes, para manter esse gasto na previsão que consta, e se poderiam dar um pouco mais de informações. É um pouco sobre isso, Presidente. Acho que é a única questão que eu acho que a gente não tem uma previsibilidade...

- Microfone aberto do Presidente interferindo na falada Vereadora.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Desculpe, Janaína, perdão. Eu não desliguei.

A SRA. JANAÍNA LIMA – É isso, Presidente, a minha fala é essa, é muita sucinta, é sobre esse ponto, eu acho.

Quero cumprimentar o Secretário Guilherme, acho que seria importante convidá-lo para a nossa comissão, por ter apresentado um pacote de reformas amplas, aqui nesta Casa. Cumprimentá-lo por estar sempre à disposição do diálogo, e também o Thulyo, porque é muito importante para todos os cidadãos que colocaram aqui seus pontos de vista, contribuíram. Gostei muito da fala do Íkaro, que nos trouxe uma fala fora da caixa, como munícipe. E saudando em seu nome todos que tiveram a palavra; e V.Exa. pela condução.

Essa é a minha questão porque realmente a inflação tem afetado bastante o nosso

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

Orçamento, e é importante entender quais são os esforços da Fazenda no tocante à questão tarifária. (Pausa)

O Sr. Secretário da Comissão – Presidente, o senhor está com o microfone desligado.

- Pausa.

A SRA. JANAÍNA LIMA – É que como o Presidente declarou, após a minha fala, está suspenso porque ele foi fazer a abertura da Comissão de Finanças da Casa. Logo mais, ele reassume.

- Pausa.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Agradeço a paciência. Já aproveito para dizer ao Ricardo, que está fazendo tradução em Libras, que o próximo é o Rapper Pirata, que certamente falará.

O SR. RAPPER PIRATA – Bom dia, em nome...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Calma aí Rapper, eu estou nos dois e fazendo pelo celular porque eu tinha que sair do *link,* e ia dar um trabalho danado.

O SR. RAPPER PIRATA – Perdoe, é a ansiedade da vida.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Prontinho, mais dois minutinhos.

- Pausa.

O SR. MARCELO ARNO NERLING – Como pode, que os Srs. Vereadores não nos ouçam, não nos deem a mínima atenção, e façam um trabalho em paralelo em uma audiência pública? Realmente, é uma indignidade do ponto de vista da cidadania da municipalidade, salvo melhor juízo...

A SRA. LÍDIA GAMA MONTEIRO – Concordo, Marcelo. Eu acho que precisa alterar mesmo a forma das audiências públicas.

O SR. MARCELO ARNO NERLING – Se a nossa é a cidade mais inteligente do País, como nos comportamos dessa forma, como não nos comportamos de uma forma republicana? O que nós estamos pedindo é o que está na lei, e está na lei desde 2000! O que nós estamos

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

fazendo aqui não é graciosidade, é o cumprimento do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina audiência pública. As pessoas estão falando que vamos ter outras audiências públicas nesse prazo curto. No dia 30 de setembro nos entregam um plano plurianual, e leva a gestação de uma criança para entregar um plano plurianual para a maior cidade do País, para esta metrópole! Não promovem uma discussão geral, não promovem uma discussão temática com antecedência, não querem ouvir a universidade, nos tratam aos pontapés, dizem que audiência pública não serve para nada. Tem um monte de gente inteligente, está aí o Ícaro para mostrar. Eu estou pedindo que nós possamos fazer essa disciplina ampliada, abrindo para toda a sociedade, abrindo 500 vagas e colocando 500 alunos de graduação reunidos para assistir e acompanhar a Comissão de Orçamento e Finanças para mostrar que entre o que a lei diz e o que pratica, estamos muito aquém! É uma vergonha para a gente ter que ensinar nesses moldes.

Eu olho para o Tribunal de Contas do Município e eu mostro a realidade para os meus alunos e é chocante entre o que a lei diz e a prática que se faz. Vejam todos os pareceres da Comissão de Orçamento e Finanças, que agora transcorre em paralelo a sua reunião, nenhum deles fez referência ao longo de todo semestre a nenhum programa, a nenhum projeto à LDO, á PPA ou à LOA. Não estima custos, não estima o impacto da política, não diz quanto vai custar no ano, é um rodo! Os que estão favoráveis permaneçam como estão, os contrários levantem-se! Este é o sétimo Orçamento do País, são 70 bilhões!

- Pausa.

O Sr. Secretário da Comissão – Apenas para esclarecer aqui a todos os participantes da audiência pública, os Vereadores abriram a reunião da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem, aqui de volta. Deixei o microfone ligado para provar que eu estava abrindo a outra reunião. (Risos)

Eu parei na Vereadora Janaína, que terá todo tempo disponível, eu tive de interrompê-la. Está na sala, Vereadora? (Pausa)

Muito bem, eu passo para o Rapper Pirata e depois posso devolver sim, tranquilamente, a palavra à Vereadora Janaína Lima.

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

O SR. RAPPER PIRATA – Então, eu cumprimento todos os legisladores através do Jair Tatto; cumprimento todos os servidores públicos, através dos servidores da Câmara Municipal, e cumprimento toda população através da luta contra o genocídio da juventude pobre e periférica porque a *parada* continua séria.

A fala do professor, a gente fecha com o que ele está falando, só reforçando que não é só a academia, o saber está em todos os lugares. E aí gostaria de discutir o Orçamento sim, têm perguntas que eu quero fazer: por que a cidade de São Paulo tem que fazer um fundo para empresas e tem concessão para exploração do bem público? É estranho esse fundo de 409 milhões de reais. Outra pergunta que fica: no código 11 – Secretaria de Governo, não há política de trabalho. Se lá já não tem é porque eles estão pensando para a política de trabalho da cidade de São Paulo 740 mil reais. Então, nós não estamos dialogando, o discurso é uma coisa, mas o Orçamento fala qual é a intenção política da Cidade.

Mas eu vou reforçar as *paradas* da Cultura; 3% para a Cultura, metade para a periferia. O Conselho tem que ser efetivado na cidade de São Paulo, não adianta ter uma cidade de Cultura sem ter o seu Conselho. E também o PL 343 que a gente está trocando ideia faz o maior tempo, são 70 milhões que a gente deseja. E para o *hip-hop*, do lugar que eu sou, só reforçando, para a Secretaria da Cultura, mês do *hip-hop* tem que ser 3 milhões de reais para o território próprio, que é o vocacional, não é o que eles fizeram, está tudo errado, são 2 milhões de reais para as Casas de Hip-Hop, que não é só uma casinha, lá de sapé para as pessoas sentarem e não fazerem nada, é um centro de memória, é fazer a política pública para si.

A cidade de São Paulo não pode ser um banco, onde as pessoas tiram dinheiro, ela tem que investir nas pessoas, nas coisas da Cidade.

Política pública não é só para ganhar dinheiro, é outra finta que nós estamos dialogando.

E aí nas casas de *hip-hop*, 2,5 milhões. Secretaria de Educação tem que investir na Lei 10639, 2 milhões de reais, estabelecendo a partir do *hip-hop*, que estabelece as discussões da política referente à questão africana e também às questões indígenas na Cidade, e isso

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

precisa ser efetivado.

E também, para terminar, o *break* se tornou um esporte olímpico e aí a gente tem uma lei federal sobre bolsa-atleta e a gente quer o bolsa-atleta para o *break* municipal, 5 milhões de reais, que dá para começar a fomentar esses atletas desse novo esporte. E aí a gente deseja que a cidade de São Paulo amplie porque, se vai falar de gerar trabalho, acabei de dar várias dicas aqui, que é isso que gera trabalho.

Não adianta falar de trabalho, falar, falar, e na verdade a gente percebe que a cidade de São Paulo, seu orçamento, é somente para alguém retirar dinheiro, ter lucro xis, porque eu não sei para que empréstimos de avenidas etc. Eu gostaria de dialogar o orçamento de verdade, não ficar dialogando as coisas do federal *etc.*, porque são oito livros e a gente lê os livros, começa a ver um monte de coisas e tem várias perguntas, que aí eu espero esse momento de ter transparência.

A cidade de São Paulo é a cidade referência da lei de transparência, só que até hoje essa lei acaba não sendo efetivada desde 2017.

Suave? Gratidão a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Valeu.

Mário, o meu som está baixo desde o início. Eu creio que seja... Eu até te mandei uma mensagem...

O SR. MÁRIO – Te escuto bem, Jair.

(NÃO IDENTIFICADO) – Nós te escutamos bem, Jair. Eu acho que você deveria sair e entrar de novo, para ver o que acontece.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Mas aí eu vou arrumar mais uma confusão com esse povo maravilhoso. Vocês me dão um minuto? Porque está muito difícil mesmo. Me permite, Secretário, um minuto? (Pausa)

Melhorando ou não, estamos de volta. Obrigado pela paciência.

Próximo inscrito, Carlos José Fernandes Neto. (Pausa) Ausente até este momento. Em seguida, Marilene Araújo. (Pausa) Washington Luís Pereira de Sousa. (Pausa) Também

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

ausente. Bia Sankofa. (Pausa)

O SR. MÁRIO – Jair, a Vereadora Elaine do Quilombo está presente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Registro a presença da Vereadora Elaine do Quilombo.

A SRA. BIA SANKOFA – Bom dia.

Eu não estou conseguindo abrir a minha câmera. Acho que também, se eu abrir, vai dar ruim, porque a internet na periferia é tipo (ininteligível) de escada, então eu acho que dá para me ouvir.

Bom dia a todos e a todas, cumprimento todas e todos que estão presentes. Eu sou a Bia Sankofa, faço parte dos movimentos culturais da cidade de São Paulo, mas também do movimento cultural da Cidade Tiradentes, extremo da zona Leste, também faço parte do movimento *hip-hop* e também ligado às tradições de matriz africana também.

Acho que minha fala é mais para reforçar a fala dos companheiros e das minhas companheiras do movimento de cultura, reforçar a PL 343, também nesse momento difícil e da importância que tem essa PL e toda a luta que o movimento cultural tem feito, e a gente lugar pelo orçamento para ampliar na área da cultura. Mas na verdade eu reforço aqui a importância da transparência do orçamento da Cidade, principalmente ligado à área da cultura.

Também acho que não adianta só falar uma luta que a gente vem fazendo já há muitos anos em defesa dos 3% do orçamento para cultura, e principalmente voltado para a periferia, mas também não haver uma fiscalização e um melhor acompanhamento do orçamento aprovado, considerando que a Prefeitura em algumas áreas, principalmente da cultura, não tem executado da forma como deveria ser feito.

E quem tem sido prejudicado, principalmente com a pandemia e com as mortes que a covid tem provocado... A política acaba se tornando também uma política genocida, porque não chega nas pessoas.

Também aqui reforço a importância, que na verdade as audiências, principalmente uma discussão importante como essa do orçamento, tinha que ser discutido a partir dos

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

territórios, convidar a população, fazer mesmo com a população essa discussão, porque eu acho que não é só a importância dos docentes, dos acadêmicos, dos estudantes aqui, mas também da população.

Porque para mim um catador de latinha, quando a gente bebe a cerveja e o guaraná, que pega aquela latinha que a gente joga no chão, ele também paga imposto, então ele também tem o direito de participar e de contribuir para o orçamento desta Cidade, porque quando o orçamento é aprovado é a...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

A SRA. BIA SANKOFA –... acho que é mais uma fala introdutória da importância que tem (ininteligível) orçamento e também uma transparência e uma maior fiscalização.

Como faço parte também do movimento *hip-hop* (ininteligível) das lutas que a gente tem feito e que elas não têm sido executadas, não só do ano passado (ininteligível), mas também dos anos anteriores. Desde quando mudou a gestão municipal, a forma como o Legislativo e o Executivo têm feito acontecer a política na Cidade, e quem tem sido os maiores atingidos são as pessoas, são os trabalhadores.

A gente fala que são pessoas carentes, mas nós somos trabalhadores (ininteligível) direito nosso acessar a política, uma política de qualidade, principalmente na cultura. (Outro microfone aberto. Registro prejudicado) Então reforço aqui também a fala aqui e acho que como hoje estamos começando, eu teria muitas coisas para falar, mas acredito que me preocupo bastante, quando a gente marca aí para discutir (ininteligível) congelamento...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclui para mim, Bia, porque nós estamos... Bia, não. Desculpa. Marilene.

BIA SAKOFA - ...como o Secretário de Cultura, então acho que é um pouco isso. Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem. Obrigado.

O SR. MÁRIO – Jair.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Oi, Mário. Não melhorou nada, mas agora eu

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

botei o fone aqui. Piorou, aliás.

O SR. MÁRIO – O Sr. Washington Luís está presente na sala.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Voltamos ao Washington Luís. Com a palavra, três minutos. (Pausa) Washington. (Pausa) Washington (Pausa) Fica de pronto aí, Washington, pode nos interromper.

Bia Sankofa.

O SR. MÁRIO – A Bia falou agora, Jair.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Desculpe. Então a Marilene que não falou.

A SRA. BIA SAKOFA – Eu poderia falar muitas coisas, mas acho que eu reforço aqui a fala de todos que estão aqui também, da cultura, e que já trouxe aí, principalmente aí para o movimento *hip-hop* então, acho que estamos alinhados, estamos na luta juntos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem. Quem que falou agora? A Marilene ou a Bia que falou novamente?

(NÃO IDENTIFICADO) – Foi a Bia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Marilene então não conectou.

(NÃO IDENTIFICADO) – O próximo seria Rubem Fernandes.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Positivo. Então, seguindo aqui, Rubens Fernandes da Silva. (Pausa) Ausente até então. Rafael Leal Aires.

O SR. RAFAEL LEAL AIRES – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia, Rafael. Com a palavra.

O SR. RAFAEL LEAL AIRES – Bom dia. Só ligar a câmera aqui rapidinho.

Primeiro, saudar aí, os Vereadores, parlamentares aí presentes, todos os servidores, Secretário. Eu sou Rafael, faço parte aí do movimento de reabertura do Circo Escola da São Remo.

Eu queria endossar a fala aí dos companheiros da cultura, sendo eu também um trabalhador da cultura, também participo do MCCSP. Acho fundamentais todas essas falas que estão sendo trazidas, e que a gente seja de fato escutada. Queria deixar isso reforçado.

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

Também gostaria de reforçar a fala do nosso primeiro convidado – desculpe, eu esqueci o nome -, mas que... de entender por que as propostas eleitas no processo Participe Mais - que é um processo extremamente complexo para você votar, e digo, para quem não tem acesso à internet, não tem facilidade na internet, é supercomplicado; mas mesmo assim a gente conseguiu -, o Circo foi um dos mais votados, foi o mais votado na Subprefeitura do Butantã, por que eles não aparecem nas propostas orçamentárias; porque ele foi aprovado, não tem nenhuma restrição; por que aparece como devolutiva desse processo.

Acho que é importante entender por que ele não está lá, por que a participação popular não está transparecendo no orçamento, sendo que são necessidades reais e imediatas – digo mais -, não são necessidades para um futuro distante, são necessidades para hoje.

O Circo Escola está com vários apoios. A gente fez várias conversas com a Secretaria, com SMAC, com a então Secretária Berenice, que garantiu que poderia fazer essa reforma. Só que tem uma coisa que acho que é importante, principalmente para os vereadores, imagino que eles devam concordar que uma posição que foi muito colocada pelo Executivo é que essas coisas fossem feitas através de emendas parlamentares, emendas dos vereadores.

O movimento acha válido todo apoio, temos apoio de alguns vereadores e já acho importantíssimo, mas eu acho que o entendimento é que quem tem que cuidar dos equipamentos públicos – no nosso caso, precisa ser feita uma reforma – é o Executivo. Acho que a gente não pode pensar em políticas públicas, em ações que são políticas públicas continuadas a partir de emendas de vereadores ou emendas de parlamentares. Então eu peço que a gente pense nisso.

O pedido do movimento é que se coloque um valor. A gente tem estimado em, mais ou menos, 1,5 milhão, já considerando algumas emendas que já estão disponíveis, para que se faça essa reforma e a abertura desse equipamento tão importante, não só para a comunidade do São Remo, mas também para a região do Rio Pequeno, para o Butantã, para a assistência social e para a cultura da Cidade. Isso tudo está entrelaçado.

Eu queria deixar essa fala e já esse pedido.

Estamos no aguardo da agenda das próximas audiências, para comparecer e

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

conseguir com que, de fato, a gente tenha uma participação popular de verdade, não só nessa forma *on-line* que acaba sendo muito excludente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Será presencial. Repito aqui, todas as temáticas serão presenciais.

O SR. RAFAEL LEAL AIRES - *Ok*. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado a você, Rafael.

O SR. WASHINGTON LUÍS PEREIRA DE SOUSA - Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Pois não.

O SR. WASHINGTON LUÍS PEREIRA DE SOUSA - Sou eu o Washington.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos lá, Washington.

O SR. WASHINGTON LUÍS PEREIRA DE SOUSA - Peço desculpas, Presidente. O microfone estava desativado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Está garantida a palavra, Washington. Três minutos.

O SR. WASHINGTON LUÍS PEREIRA DE SOUSA - Bom dia a todos que estão participando da reunião. É uma fala rápida. Falo em nome das rádios comunitárias da cidade de São Paulo. Prestei muita atenção no depoimento dos amigos, dos companheiros da pasta da Cultura.

Fica aqui a minha fala para reforçar o que eles já disseram. As linguagens brigam pelo orçamento, o orçamento chega e a Secretaria não cumpre. Nunca executa o orçamento da maneira como deveria, o que consta na lei. Fica aquela briga, desculpe a expressão, de gato e rato.

A relação com a Secretaria está bem dificultosa, principalmente com a pandemia.

Uma última pergunta, acho que essa cabe ao Sr. Secretário, é a respeito dos congelamentos. Teve um companheiro que diz que tudo é culpa da Secretaria. Será que é mesmo?

Então fica aqui o meu registro em nome do FDC – Fórum Democracia na

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

Comunicação, que é a entidade que representa as rádios comunitárias da Cidade.

Um grande abraço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Washington. Tiago Fabrício. (Pausa) Nº 23. O seguinte é o Sr. José Abílio Ferreira. (Pausa) Seguinte, Sr. Paulo Ricardo Giaquinto. (Pausa) Seguinte, a Sra. Elisete Cristina da Silva Alves. (Pausa) Seguinte, a Sra. Vanessa Fernandes Correia. (Pausa)

A SRA. VANESSA FERNANDES CORREIA – Olá, bom dia. Estou aqui. Meu nome é Vanessa, faço parte do Instituto Tebas de Educação e Cultura. A gente está aqui para lembrar da importância de não congelar os recursos do Memorial dos Aflitos. Eu estava ficando um pouco assustada, porque todos estão falando em congelamento.

A gente veio defender essa política de memória para a população negra e indígena que está representada pela construção do Memorial dos Aflitos, o que é muito importante porque se trata de uma política de reparação.

Esse Memorial já foi alvo de um decreto e da desapropriação de um terreno, ao lado da Capela dos Aflitos, que fica no bairro da Liberdade. O bairro da Liberdade tem uma história negra muito importante, mas também tem uma história oriental, da mesma forma importante, mas que se sobrepôs à história negra. A construção do Memorial virá para corrigir esse tipo de desequilíbrio de representação no espaço público.

Eu sou jornalista, trabalhei oito anos, na *Folha de S.Paulo*, também no Departamento do Patrimônio Histórico, por cinco anos. Lá eu implantei uma política inovadora de patrimônio, com o título de A Jornada do Patrimônio. Acredito que essa política deselitisou muito a questão do patrimônio, porque na Jornada qualquer cidadão pode falar o que é patrimônio. Pode dizer: isto é meu patrimônio.

O que a gente quer para a política de patrimônio – eu, com a experiência que tive tanto como jornalista, como no DPH -, é demonstrar que São Paulo tem um déficit de representação política, que também se expressa no espaço público.

A gente viu hoje, não por acaso, todos os conflitos em torno das estátuas, dos

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

monumentos, que têm ocorrido nos Estados Unidos, assim como na América Latina. Vimos o episódio do Borba Gato.

Nós, como integrantes do Instituto Tebas, especializados na questão do patrimônio, entendemos que o Poder Público não deve destruir patrimônio sejam eles quais forem, mas sim recontextualizá-los, segundo as novas concepções da história, as novas representatividades. Será importante recontextualizar esses personagens que estão expressos nesses monumentos e trazê-los para o presente. A memória é algo que a gente usa no presente e no passado. A memória é presente e passado

Então estamos aqui um pouco nos apresentando. Vamos acompanhar todas as audiências públicas, estaremos presentes.

Gostaria de concluir, Presidente Tatto, Secretário Guilherme, que a própria Prefeitura tem uma política antirracista. O antirracismo não é uma questão dos negros ou dos indígenas, mas se refere a toda população, porque nós só teremos uma democracia mais eficiente com uma representação mais equilibrada, tendo impacto em todas as áreas, seja saúde, educação, cultura, quando essas representações, no espaço público, nos lugares de fala, forem equilibradas.

Esse Memorial vem para fazer esse tipo de reparação. Eu chamo um pouco de redistribuição simbólica no espaço público. É o que a gente pretende.

Nós estamos inscritos com mais quatro participantes do Instituto, que tem por trás 50 associações que tratam das questões negra e indígena.

Gostaria de agradecer a oportunidade de falar, assim como o trabalho do Secretário de nos apresentar todos esses dados.

Seguiremos juntos nas próximas audiências. Muito obrigada, Presidente Jair Tatto.

Muito obrigada também a todos os que estão acompanhando.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vanessa.

Tem a palavra a Sra. Beatriz Rangel.

A SRA. BEATRIZ RANGEL - Sou eu. Tem uma pessoa falando que passou a vez

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

dele, o Sr. Abílio. Ele comunicou no *chat* que o microfone não funcionou.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não haverá oportunidade de segunda chamada. Quem se manifestar vou dando a palavra. O Abílio. (Pausa). Quando ele se manifestar, voltará. A próxima é a Sra. Beatriz Rangel.

A SRA. BEATRIZ RANGEL - Bom dia a todos. Agradeço ao Presidente Jair Tatto, aos Vereadores presentes, ao Secretário Guilherme e aos munícipes pela oportunidade de estar aqui.

O meu setor de trabalho é a cultura. Trabalho com dança, faço parte dos movimentos culturais da cidade de São Paulo e da articulação pelo Centro de Referência da Dança, para o qual estamos lutando para que seja formalizado.

Eu quero reforçar a fala de alguns colegas. Sei que esta é a primeira audiência, agradeço também, Vereador Tatto, que nós teremos uma audiência temática da Cultura, conforme o senhor falou.

Eu quero reforçar a necessidade de um sub-relator, na área da Cultura, no processo da discussão da LOA 2022, se for possível, é bem importante para nós.

Achei interessante o que foi falado sobre o PPA, que está em discussão e quero lembrar da LDO, da qual faz parte a implantação do Conselho de Política Cultural. Estão inclusos na lei, que caminha ao lado da implantação do Sistema Municipal de Cultura, o Plano Municipal de Cultura. O Fundo não está previsto, mas é preciso prever no orçamento também para eleição e implantação do Conselho de Política Cultural. É uma demanda bastante histórica, está aprovada em primeira instância e tem um substitutivo para ser discutido como o Executivo precisa dialogar sobre isso.

Também faz parte da LDO a ampliação e a qualificação do quadro de servidores da Secretaria Municipal de Cultura. Isso vem convergindo para a necessidade de aumento do recurso para a pasta da Secretaria Municipal de Cultura.

Como os colegas já falaram, para uma Cidade do tamanho de São Paulo, 3% do orçamento da Cidade para a Secretaria Municipal de Cultura seria a reivindicação histórica,

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

sendo metade desse valor para as periferias.

Então é curioso não ter LOA na proposta do Executivo. Dr. Guilherme, também coloco para o senhor que tem um programa de emergência cultural, da cidade de São Paulo, cuja rubrica existe, porque já vem de uma discussão que o projeto de lei já passou em primeira votação, que é o PL 343, mas ele não está com o orçamento colocado, ou melhor, está em R$ 1.000,00. Então há necessidade, que já foi discutida, de 70 milhões para esse programa, tendo em vista a retomada que virá em 2022.

No setor das danças, 1,5 milhão para o Centro de Referência da Dança, foi aprovado na LOA de 2021, é a questão que todos os companheiros e muita gente tem falado, não é executado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua, por favor, Beatriz. Falaremos na oportunidade.

A SRA. BEATRIZ RANGEL - Isso. Então é a questão dos descongelamentos, 1,5 milhão para o CRD, 16 milhões para o fomento a danças, 5 milhões para o Programa Todas as Danças e para Danças Sociais, 3 milhões. Vamos ter mais oportunidade de falar sobre isso.

Grata.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Beatriz. O Sr. Francisco Fagner Costa de Assis. (Pausa) Seguinte, a Sra. Maria Filomena Silva.

A SRA. MARIA FILOMENA SILVA - Boa tarde a todos. Eu não vou ligar a minha câmera para não ter problemas com o áudio.

Boa tarde e todos e todas, Vereadores, Vereadoras, Sr. Presidente e todos os participantes. Agradeço a aprovação da minha inscrição.

Eu sou Maria Filomena, conhecida como Filó, sou negra preta, só para situar as pessoas que não estão me vendo. Sou do Fórum dos Blocos de Carnaval Rua, da cidade de São Paulo.

O meu bloco é sustentável, educativo, inclusivo, ao contrário de muitos que têm muita bagagem em audiência pública, é a minha primeira participação de Comissão de Finanças e

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

Orçamento.

Eu sei, Sr. Presidente, que o trabalho de vocês não é fácil. Afinal de contas, esse trabalho de arrecadação que vocês fazem, de discussão sobre verba pública e a sua distribuição. Tenho uma sugestão de que essas audiências aconteçam todos os meses. Não apenas uma vez por ano como acontece aqui, por categorias ou através de consultas públicas setorizadas, enfim.

A Cultura é muito importante para a população. Ela aumenta a arrecadação econômica através de impostos. Isso todos sabem. E o Carnaval é uma manifestação cultural. Não é o único evento, uma vez por ano, em uma determinada época. Como já disse o Carnaval e a Cultura são grandes movimentos econômicos da cidade São Paulo em todas as zonas da cidade, de Norte a Sul, de Leste a Oeste e nos extremos. Essas atividades acontecem o ano todo por serem manifestações artísticas e vão muito além de um único evento. É um movimento de muita gente e com o retorno enorme de impostos, a economia da nossa cidade, assim como a parada *gay*. Temos o registro de aumento da economia, todos os anos, a cada ano que passa.

Minhas palavras são essas. Um ótimo dia para todos. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Com a palavra o Sr. Gustavo Xavier.

O SR. GUSTAVO XAVIER - Bom dia a todos. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, companheiros do Movimento Cultural da cidade de São Paulo, também, aos companheiros e companheiras do Carnaval de Rua, que é o Movimento Cultural do qual faço parte. Faço parte do Bloco Jael, que sai na zona Norte/Freguesia do Ó.

Vim falar da pasta da Cultura. Primeiro, a gente enxerga que é muito possível e tem total condições, primeiro a aprovação e execução do PL 343, de auxílio emergencial na cidade de São Paulo. Está nas mãos dos Srs. Vereadores.

Outra questão é sobre a pauta, na cultura, do descongelamento da verba deste ano, que já está indisponível e que ainda está com esse congelamento, mesmo diante da grande ocupação na cidade de São Paulo.

Por último quero falar do movimento que mais faço parte, que é o Carnaval de Rua, que sempre foi meio bagunçado no orçamento, porque nunca esteve contemplado em LOA, em

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

lei, sempre foi via patrocínio. O que faltava, a Prefeitura colocava do próprio bolso sem muito critério e transparência. Finalmente estamos vendo uma rubrica no Carnaval de Rua, sendo que no ano passado, segundo o contrato da Secretaria de Cultura com a SP Turis, tivemos informação que teve dois contratos somados que chega a 36 milhões gastos, sendo que só foi arrecadado cerca de 21 milhões.

Então a Prefeitura gastou do bolso aí 15 milhões. Por que não aproveitar essa oportunidade de colocar isso no texto de lei e não ser como foi no ano passado, que foi gasto de uma forma emergencial, que não entrou na planilha na Peça Orçamentária, e aproveita essa grande oportunidade de colocar o Carnaval de Rua devidamente no texto de LOA?

No texto orçamentário anual, estamos pedindo, já que ano passado foi gasto 15, estamos pedindo 20 milhões para o próximo ano para o Carnaval de Rua, dessa vez em texto de lei. Assim fica auditável, transparente; assim sabemos de onde vem e para onde vai a grana. Assim a gente consegue acompanhar as licitações que são feitas, contratações emergenciais. Vamos dar transparência para o Carnaval de Rua. Vamos dar decência para o Carnaval de Rua. Colocar 20 milhões em texto de lei. É isso que pedimos. Porque já é gasto 15 milhões.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado. Com a palavra o Sr. Flavio Carrança. Com a palavra o Sr. Estevão Tanure Romane.

O SR. ESTEVÃO TANURE ROMANE - Boa tarde a todos que estão aqui e também nos assistindo. Estou acompanhando a nossa colega Filó, o Gustavo e outros. Estou aqui para falar, especificamente, da pauta de Cultura e do Carnaval de Rua. Como meus colegas já disseram, Carnaval de Rua não é só um evento na cidade, é uma manifestação multicultural com amplo fundamento na construção de uma sociedade e, no caso, olhando como evento, ele é o maior da cidade, fazendo girar pelo menos 2 bilhões de reais na economia, fora o que gira ao longo do ano que, certamente, faz esse número subir bastante. Só de ISS com cálculos fáceis de se fazer, são mais de 130 milhões gerados nos oito dias de festividade.

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

No entanto o modelo atual de edital, que paga por tudo, tem se mostrado muito inseguro tanto juridicamente como operacionalmente devido atrasos, impugnações de concorrências e outros fatores inerentes a esse modelo. Diga-se de passagem, nunca foi discutido com bloco nenhum. Não é uma escolha. É uma escolha unilateral e é um edital, um modelo que tem se mostrado viciado. Haja visto que ele é investigado, nos últimos três anos, com condenações.

Há uma boa vontade em realizar o evento e sinto que a Prefeitura tem se esforçado para isso. Por isso mesmo o Município tem uma responsabilidade em dispor verba para garantir que os 16 milhões de foliões, mais 600 blocos, tenham bem-estar e segurança, bem como os moradores e a cidade que sofrem muito com a falta de infraestrutura.

Então não vou entrar nessa revisão do que seria esse modelo, mas é fato que ele estrangula os blocos da cidade e não adianta a gente falar em evento *etc*. Sem bloco não tem Carnaval de Rua. A Prefeitura precisa investir no Carnaval de Rua para não ficarmos nessa dependência de um modelo de uma questão privada. Não discute.

A Secretaria de Cultura, no passado, precisou dispor de quase 14 milhões de reais para nós. Então isso serve de alerta, que os 500 mil que estão previstos não serão suficientes e nem com o valor de edital. Então para isso tudo, pedimos de maneira geral, reforçando todos os colegas da Cultura, os 3% para a pasta de Cultura e o aporte de 20 milhões de reais ao Carnaval de Rua, sendo 15 milhões para garantir infraestrutura e operações mínimas e 5 bilhões para fomentos de blocos. Estamos pedindo 1% dos mais de 2 bilhões que os carnavais de rua giram, garantido que o evento ocorra. Além de uma responsabilidade da Prefeitura, é um investimento. Estamos pedindo 20 milhões para garantir que haja um evento que faça gerar 2 bilhões na economia de ISS.

Então é um tanto quanto razoável e necessário para a retomada. Não gostaria de ter que salientar tanto os números econômicos, porque a Cultura é cultura, não deveria ser julgada como uma lógica mercantilista, mas já que estamos aqui, os números falam por si só: 20 milhões para o Carnaval de Rua de São Paulo, para ajudar na retomada. Muito obrigado.

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Com a palavra o Sr. Igor Gabriel Souza Carollo.

O SR. IGOR GABRIEL SOUZA CAROLLO - Boa tarde a todos; Sr. Presidente, Secretário, todos os presentes. Serei breve na minha fala. Sou arquiteto, pesquisador pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, faço parte do Instituto Tebas, pela preservação e valorização sítio ecológico dos aflitos e da Unamca, União dos Amigos da Capela dos Aflitos. Sou responsável pelo projeto de restauro da Capela dos Aflitos e do grupo técnico de arquitetura Tebas. Gostaria de ressaltar que a Capela dos Aflitos é associada ao memorial dos Aflitos, memorial esse que já é lei e que estamos lutando pelo processo de desapropriação nas discussões orçamentárias e viabilização junto à Secretaria da Cultura e à Secretaria da Fazenda.

Também ressalto e reitero a fala da Vanessa, o Instituto e o Coletivo de Luta do Movimento pelos Aflitos, estaremos sempre acompanhando as audiências públicas temáticas. Espero que a gente estreite cada vez mais os nossos laços para que consigamos dar continuidade ao coletivo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Com a palavra a Sra. Cecília Luz.

A SRA. CECÍLIA LUZ - Bom dia todos. Saúdo as Sras. e os Srs. Vereadores presentes, os companheiros de luta. Na ausência de V.Exa., nobre Vereador Jair Tatto, o Sr. Marcelo fez uma fala muito potente sobre a nossa impotência enquanto munícipes. Nós participamos dessas audiências públicas e parece que é uma conversa de bar. O que dizemos aqui não é levado em consideração pelo Executivo. O Legislativo faz as Leis e o Executivo não as executam.

Sou da área da Cultura. Faço parte dos movimentos culturais da cidade São Paulo e do movimento SOS Técnica SP. Gostaria de lembrar que São Paulo é o maior polo cultural da América Latina e no Brasil é o maior polo técnico, onde as técnicas de tecnologia chegam primeiro. Nossa pasta da Cultura é um balcão de negócios, onde as políticas públicas, para Cultura não são implementadas e sim negociadas entre os Pares do Executivo. Isso nos preocupa muito.

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

Primeiro gostaria de pedir os 3% para a Cultura, sendo 1,5% para a periferia. Falar do PL 343/2020, que inclusive está previsto na Peça Orçamentária, mas está lá com um mil. Precisamos, pelo menos, de 70 milhões, tendo em vista que a pandemia deixou dois anos dos trabalhadores da Cultura com uma mão na frente e outra atrás. E falar dessa verba para o PL 248/2015, o Conselho de Cultura é muito importante inclusive para estar evitando esse balcão de negócios livre que é a nossa Secretaria.

Gostaria de perguntar para a Secretaria da Fazenda, por que é congelada a verba para os dos projetos mais periféricos e os grandes aparelhos centrais tem a verba paga, integralmente? Por que que isso acontece? Essa é uma dúvida que está na minha cabeça.

Finalizando, gostaria de pedir sub-relatoria para a Cultura para a LOA de 2022. É muito importante ter essa sub-relatoria.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Está registrado. Com a palavra o Sr. Marcos Abraão Gilberto. (Pausa) Com a palavra o Sr. José Cury Filho.

O SR. JOSÉ CURY FILHO - Boa tarde a todos, Sr. Presidente, Sr. Secretário e demais presentes. Eu trabalhei muito nos últimos anos pelo Carnaval de Rua de São Paulo. Participo do coletivo, tenho alguns blocos, um deles é projeto social, inclusive.

Estou aqui para marcar presença para lembrar aos Srs. Vereadores e a todas as correntes políticas que o tamanho que alcançamos no Carnaval agora está exigindo que a cidade se organize de uma maneira diferente, tanto quanto o olhar do Poder Público sobre o evento, dos cuidados e principalmente a interação do Poder Público com os blocos. Fizeram esse crescimento acontecer em prol da cidade, de alguns munícipes, de uma maneira gigantesca e rápida, mas com recursos faltantes para quase todo mundo. Praticamente de 700 blocos, que pode sair no ano, hoje em dia 500 e pouco estão com dificuldades financeiras. Não que um cara seja obrigado a ganhar dinheiro público porque tem o bloco, mas o revés, a cidade tem de entender o quanto está a positivo ter hoje a maior festa de Carnaval do Brasil para a cidade inteira.

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

Então, a questão de aditamento de verbas para que ocorra o Carnaval com a Prefeitura no comando das coisas para que os blocos não dependam de conseguir um patrocínio o que é evitado por que a patrocinadora acaba patrocinando a cidade, essas coisas todas, não vou me alongar aqui, é só o pedido de que o Carnaval precisa ser considerado na base orçamentária da cidade, precisa ser considerado o Carnaval de rua também como um elemento que está hoje como o maior retorno de eventos da cidade de São Paulo, porque funcionamos o ano todo, é muito, dando muito emprego para a área cultural em todas as bases de técnica, artística, formadora de opinião, principalmente, promotora de saúde mental para paulistanos que começaram a se interessar mais por arte e cultura através do Carnaval de rua.

Então, vou encerrar a minha fala e ratificando que 3% para a cultura em geral e os 20 milhões para o Carnaval de rua.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, José Cury. Tem a palavra Maísa Souza de Castro. (pausa). Jeremias das Neves.

O SR. JEREMIAS DAS NEVES – Boa tarde a todos e, na pessoa do nosso Presidente Jair Tatto, eu quero saudar a todos os Vereadores presentes, ao Secretário, aos companheiros e companheiras que estão aí. Eu sou Jeremias, sou líder comunitário, estou... (Falha na transmissão) ...uma comunidade aqui na região da Penha e queria agradecer a todos e pedir o empenho de que os nobres Vereadores e o nosso Secretário olhasse com carinho as nossas comunidades. São Paulo, como eu estava dizendo, é muito grande e nós podemos perceber que existem muitas comunidades, muitos bolsões e muitas dessas comunidades são muito carentes. A minha preocupação aqui no Distrito de Cangaíba é uma parte do Cangaíba que tem uns bolsões, algumas comunidades que estão sofrendo muito com a questão de equipamentos públicos, como no Distrito de Cangaíba, e também estou preocupado muito com a questão da drenagem.

Secretários, Vereadores, nós temos sofrido muitas enchentes aqui no Cangaíba, numa comunidade chamada Piratininga, e temos sofrido muito, estamos com um pedido de um projeto de drenagem... (Falha na transmissão)

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Travou o Jeremias. Vou chamar a Maísa, qualquer coisa voltamos com o Jeremias. Maísa Souza de Castro. Jeremias, houve uma interrupção na sua finalização, mas, enfim, ficou um pouco prejudicado no final a sua fala.

O SR. JEREMIAS DAS NEVES – Então, eu não sei até onde as pessoas puderam ouvir...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos seguindo porque estamos com uma lista enorme, teremos a oportunidade, mas deu para entender, o Secretário acho que conseguiu anotar. Maísa Souza de Castro (Pausa), José Andrea Faria Basílio (Pausa). Não estamos ouvindo. Seguiremos. Depois pode chamar a qualquer momento. Sidnei Soares de Oliveira, ausente, 43 é o José Carlos Cardoso dos Santos, perdoem-me usar o termo 43, é 43º, me perdoem, 44 é a Wellyene Gomes Bravo.

A SRA. WELLYENE GOMES BRAVO – Boa tarde para todos, mais uma vez estou aqui participando dessa audiência pública, para tentar trazer as necessidades aqui do território onde sou conselheira participativa, no território do Campo Limpo, também uma outra demanda que se der tempo eu vou falar que é o Conselho Gestor do Parque Chácara do Jockey.

Primeiro eu queria falar sobre essas ações, primeiro eu gostaria de pedir ir aos colegas, aos nossos Vereadores, que olhassem com cuidado o volume 8 que foi entregue pelo Poder Executivo referente as propostas que foram eleitas pelos munícipes, dentro do processo participativo. Algumas das questões das propostas de diversas Subprefeituras, inclusive a nossa aqui do Campo Limpo, tiveram até o parecer técnico viável, mas quando chegou no ponto orçamentário, é de que não tinha verba.

Bem, se a proposta de consulta pública é priorizar verba para as demandas vindas diretamente dos munícipes, acho que o parecer de inviabilidade no campo orçamentário fica um pouco incoerente. Eu lembro que ano passado a LDO previa, eu não li a LDO desse ano, mas ela previa a priorização dessas propostas que são eleitas pelos munícipes de separar recursos públicos. Vários colegas meus já falaram, o Bruno, ele fez lá do Butantã uma colocação, foi um dos primeiros a falar, ele fez uma colocação bem incisiva em relação a isso. A Maria Angélica

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

também colocou no *chat,* então eu peço aos Vereadores que verifiquem com cuidado esse volume 8 para que essas propostas sejam revistas, ou encaminhadas para as Secretarias para poderem fazer uma avaliação mais adequada.

Dentro das propostas do Campo Limpo temos, já colocamos no ano passado e voltamos a colocar nesse ano, novamente foi eleito o ano passado e novamente esse ano, é a questão da saúde aqui no território e o número de leitos por habitantes aqui do território. Ele está muito aquém das necessidades. A média do município é 3,4 pelos relatórios da Rede São Paulo e no Capão Redondo e no Campo Limpo 0,003 e 0,0004. Então, realmente é um território que precisa sim de equipamentos hospitalares. Estamos tendo muitos problemas aqui nos prontos-socorros que estão fechados por causa da pandemia aqui, um atendimento represado, e vemos nas mídias que o número de mortes e o número de internações está por volta de 300 mais ou menos para o Brasil inteiro, então eu acho que é importante a reabertura desses hospitais dentro dos territórios.

Tem a questão também da habitação, a questão da construção de unidades habitacionais aqui no Campo Limpo, que está com uma rubrica superbaixa de 5 milhões e 920 mil reais no orçamento, na ação, e é um território com muitas comunidades, mais de 300 comunidades aqui no território que precisam de reurbanização, regularização fundiária, e não há orçamento previsto, pelo que eu olhei, então precisa, com certeza, ser revisto e ser mais adequado às necessidades, dentro do número de comunidades.

Era isso que eu queria falar por enquanto. E só uma colocação, aproveitando a oportunidade que o Secretário Guilherme, da Fazenda, está presente. Aqui no Campo Limpo estamos com o problema do contrato da limpeza de córregos. Teve até a questão aqui do córrego Antonico, que houve o desmoronamento em Paraisópolis. Ontem, estive aqui na Subprefeitura e ela disse que está sem contrato para a limpeza e manutenção dos córregos aqui do território. Está sem contrato, sem orçamento, sem dinheiro e as chuvas estão chegando, Secretário Guilherme, então eu gostaria, já mandei uma mensagem aqui no nosso grupo do conselho participativo, para que entrassem em contato com o Secretário do Governo Municipal para que

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

interceda em relação ao Campo Limpo e aproveito a audiência pública para fazer a mesma solicitação pessoalmente para vossa excelência.

É isso, por enquanto, e muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Tem a palavra João Moreirão. Tem a palavra José André Faria Bazílio, que voltou.

O SR. JOSÉ ANDRÉ FARIA BAZÍLIO – Muito bom dia a todos. Eu estou na região da Sub Penha, Conselho Participativo, no Rotary, no Conselho de Segurança e vocês sabem que a Sub Penha possui quatro distritos que são: Artur Alvim, Vila Matilde, Penha e Cangaíba. É maior do que muitas cidades do Brasil, os anos vão passando, e a qualidade de vida estrutura só vem caindo, os empresários e a população vêm reclamando muito, e estão se unindo em torno da melhoria das Subs., dos Distritos. Mas quero falar de Cangaíba. É o maior distrito da Sub Penha, é maior que a Penha, que Vila Matilde, duas vezes Artur Alvim, duas vezes Ermelino, duas vezes Ponte Rasa. Eram 750 mil habitantes no Censo de 2010 e crescemos 20% temos 800 mil habitantes hoje, só em Cangaíba hoje são 180 mil. E a população está quase do tamanho da Sub Ermelino, que é a Ermelino Ponte Rasa, e não temos nada que Ermelino tem, nós temos lá metade do maior Parque Linear, que é o Tiquatira, temos o maior parque da América Latina que é o Ecológico Tietê, o Centro de Treinamento da Portuguesa, do Corinthians, a USP Leste é no Cangaíba, mas não temos grandes empresas para gerar emprego. Não temos Casas Bahia, Maria Fernandes, Magazine Luiza. Não tem arrecadação, não temos equipamentos sociais, e Ermelino que é metade de nós tem. Então, não temos biblioteca, Centro Esportivo Municipal, não temos delegacia. Somos o único distrito que não tem delegacia e Companhia de Polícia na região. Não temos um CEU aqui no meio do distrito, que é o bairro Engenheiro Goulart, para atender esse monte de favelas e comunidades que nós temos aqui, e assim vai.

Nós pedimos que os Vereadores que reconsiderem a proposta do Conselho Participativo Municipal para o orçamento do ano que vem. Então, passou a drenagem do bairro Piratininga, que é para evitar as enchentes do Assis Ribeiro e impede a entrada para o Parque Ecológico e para USP inclusive. Nós temos projetos, temos uma equipe que já fez a reunião com

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

Siurb e queremos um encaminhamento, por favor, para esse projeto, para implantar um serviço para acabar com as enchentes ali. Foi negado no Participe Mais a urbanização das comunidades de favela dizendo que não temos projetos. Nós temos projetos sim e queremos solicitar à Casa e ao Secretário, por gentileza, uma reunião com o Secretário de Habitação para apresentarmos os projetos e tocar para o Orçamento do ano que vem a urbanização das inúmeras favelas e comunidades que nós temos no Distrito.

O Cangaíba se tornou um buraco que está levando para baixo toda a região. Se não temos estrutura a população vai buscar onde? Nos vizinhos sobrecarregando os equipamentos que já existem. Nós também pedimos um serviço de saúde na família, que é para atender as comunidades, e foi negado. E foi aprovado pelo Conselho de Saúde. Nós queríamos que a Câmara reconsiderasse, por favor, esse serviço essencial, já que nós temos ali só na Caixa D'água, dez mil famílias; aqui embaixo, na Tiquatira, mais 10; na ponte de Cangaíba, mais 10; o Jardim Arizona; mais o Jardim Piratininga; mais a Vila Silvia. É muita gente sem equipamento social para ser atendida.

Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Teremos as audiências temáticas de Habitação e de Infraestrutura, quando trataremos do assunto.

Tem a palavra o Sr. André Delfino da Silva.

O SR. ANDRÉ DELFINO DA SILVA – Bom dia, nobre Vereador Jair Tatto, Presidente da comissão e aqui, na pessoa do Rapper Pirata e toda a sociedade civil. Sou André Delfino da Silva, da favela da Vila Prudente e do Movimento em Defesa do Favelado. Na verdade, o que eu quero é uma provocação dos nobres Vereadores aqui, no seguinte sentido, como a Casa Legislativa e também a Casa fiscalizadora do Executivo.

A gente está falando de um dos maiores orçamentos do Brasil. Em mais um ano, houve a previsão de mais um recorde de arrecadação, só que, ao mesmo tempo, só agora, segundo o Centro de Estudos da Metrópole, deixou-se mais de um bilhão de reais parados no Fundurb, Fundo de Desenvolvimento Urbano. Há mais de um bilhão que deixou de ser investido

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

em infraestrutura na Cidade, e muito do que foi falado aqui diz respeito à infraestrutura urbana, seja transporte, seja a questão de quem falou antes.

Eu sei, por exemplo, que vamos ter as audiências temáticas, mas também é frustrante. A gente tem clareza que a conjuntura atual da Câmara Municipal também leva a crer que vamos ter muitos desafios, porque reflete um pouco o controle econômico sobre o Executivo e sobre o Legislativo na sua grande maioria; e não se diferencia nos três níveis de Governo. O Estado, o município e a Prefeitura têm pouquíssimas diferenças do ponto de vista da sua vertente ideológica e econômica. Por mais que hoje possa estar em pauta a derrubada de um Governo fascista e nazista, como é do Bolsonaro, a lógica da política econômica, de destruição do patrimônio público, de privatização e de reformas, que estão levando à destruição de um Estado de bem-estar social, tem acontecido na Prefeitura, no Governo e no Governo Federal. A Prefeitura de São Paulo não é diferente do que vem acontecendo. Como se faz contingenciamento com o povo passando fome? Houve um aumento no número de favelas número de favelas na cidade de São Paulo. Com o Fundurb, com mais de um bilhão de reais parado, ainda há contingenciamento. É vergonhoso, é vergonhoso a gente ter uma Cidade, como já foi dito, com o sétimo orçamento do Brasil, mais orçamentos que Estados, e fazer contingenciamento. E ainda enganam a população, como se a pandemia tivesse acabado. As pessoas estão passando fome, as favelas estão aumentando, e está havendo a destruição da política pública. Esse Sampaprev não pode passar nesta Câmara, porque é uma vergonha.

A gente deveria ter aprendido com os erros, os discursos das reformas, que prometiam ampliação de empregos. Só tem precarizado o emprego. Está destruído o serviço público e, com tanto dinheiro que o Poder Público dos Executivos, nos três níveis, têm servido para uma causa: transferir dinheiro de desenvolvimento social à população para alguns grupos específicos.

Como a gente pode ter uma cidade de São Paulo, que, só no primeiro semestre, bateu um recorde de construção de unidades habitacionais pelo setor privado? Então, só no primeiro semestre, a cidade de São Paulo construiu mais habitação de mercado do que todo o

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

ano de 2019 e ano de 2020. E mesmo assim, o povo continua sem casa e continua na rua. Então, é importante que a gente possa fazer uma discussão sobre o orçamento e pense na vida das pessoas e não no lucro de alguns

Sabemos que, na Câmara Municipal, há muitos Vereadores e Vereadoras combativos. É importante que a gente, enquanto sociedade civil, possa realmente participar. Já que estão abrindo tudo, então que possamos participar e que haja audiências públicas com a participação da população, com um número maior, e que cada subprefeitura tenha um número maior de audiências públicas, porque é vergonhoso.

Como a própria Vereadora já colocou aqui, esse é um espaço e há dificuldade de acesso à rede. Então, como é que pode a população, de modo geral, numa Cidade tão desequilibrada, pode ter um processo participativo garantido, se nem uma Vereadora consegue participar direito, porque há problema de sinal de rede de internet? Isso demonstra o total desequilíbrio.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sr. André, eu vou pedir ao Sr. Presidente da Casa que sejam divulgadas as audiências públicas na *Globo.* Há de se considerar que nós estamos num momento híbrido.

O SR. ANDRÉ DELFINO DA SILVA – É fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Estamos numa luta inclusive para poder fazer as audiências presenciais.

O SR. ANDRÉ DELFINO DA SILVA – A gente reconhece que existem Vereadoras e Vereadores compromissados

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu não vou permitir as audiências temáticas que sejam presenciais dentro das normas, sem os cuidados necessários, mas é muito correta a sua colocação, e esse será o esforço.

Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Mestre Palito.

O SR. MESTRE PALITO – Boa tarde a todos, Sr. Presidente Jair Tatto, Srs.

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

Vereadores, todos os munícipes e o pessoal da Movimento da Cultura.

Sou o contramestre Palito. Faço parte do Fórum Municipal de Capoeira e dos movimentos culturais aqui do município de São Paulo. Já fui contemplado com as falas dos meus colegas, principalmente do nosso irmão André, que acabou de falar.

Eu também sou mestre de Capoeira, do fórum de Capoeira. Falo que ficaram retidos valores neste ano. A gente não foi contemplado.

Falo do PL 343, sobre o auxílio emergencial para os trabalhadores da Cultura. São mais de 70 milhões. Fica aqui a nossa reivindicação.

Para finalizar, vou falar sobre a Capoeira. É uma solicitação da Capoeira. Eu faço parte do fórum municipal de Capoeira. A gente tem mais de 460 grupos mapeados pelo fórum. A gente acredita que há, mais ou menos, 800 grupos de Capoeira no nosso município, que é considerada a Cidade onde há o maior número de capoeiristas do mundo, mesmas infelizmente a gente não tem políticas públicas efetivas. O fórum municipal de Capoeira solicita para o orçamento municipal de São Paulo de 2020 a inclusão de algumas rubricas, visando o cumprimento da lei 17.566, de 08 de junho de 2021, que reconhece o caráter educacional e de formação da Capoeira em suas manifestações culturais e esportivas e permite a celebração de parceria para o seu ensino nos estabelecimentos de Educação que específica no município de São Paulo. Solicitamos a inclusão do valor de dez milhões de reais para o devido cumprimento da atividade pela Secretaria Municipal de Educação, um milhão de reais para a construção da Casa de Capoeira, pela Secretaria Municipal de Esportes, e cinco milhões de reais para editares específicos à fomento da Capoeira na Secretaria Municipal de Cultura.

Termino minha fala aqui e gratidão a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

Tem a palavra o Mestre Bonde.

O SR. MESTRE BONDE - Muito obrigado pela oportunidade. Cumprimento a todos. Contemplo a fala do Mestre Palito, justamente por falar das rubricas que a gente está precisando para a Capoeira. Capoeira é uma arte que está muito estendida no Brasil todo, inclusive em São

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

Paulo, e a gente não tem uma rubrica ainda destinada para a Capoeira. É isso que pedimos para a Capoeira e também para o samba, que também não tem uma rubrica específica. Também venho pedir uma rubrica tanto para a Capoeira quanto para o samba.

Falando sobre a questão das reuniões e das oficinas, pode ser híbrido, porque nem todas as pessoas estão podendo ir aos locais. Então, eles podem ser em dois momentos, para quem pode e para quem não pode. Falo em locais públicos, onde há pessoas em geral.

Grato.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É humanamente impossível fazermos a reunião semipresencial, híbrida uma audiência desse tamanho. Nós tentamos.

Tem a palavra o Sr. João Moreirão.

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Boa tarde, Sr. Presidente. Obrigado pela oportunidade. Eu vi V.Exa. afirmar e reafirmar a importância das audiências presenciais, as audiências por temas etc., mas eu queria fazer um apelo. A elaboração desse orçamento que a Prefeitura chama de participativo, na realidade, o que aconteceu é que a participação foi extremamente dificultada, com aquilo que a população e os conselhos participativos votaram. O que a população votou foi desconsiderado. Foi apenas uma etapa formal. Aliás, foi tão desconsiderado que a devolutiva foi posterior ao envio do projeto para a Câmara; já para não falar de algo incompreensível, que são as propostas serem recusadas por razões orçamentárias, sendo que a gente estava achando que estava colaborando para a formulação da proposta orçamentária. Dá a sensação de que nós já temos um orçamento. V.Exas. não sabem qual é. Fazem proposta. Se encaixar, encaixou; se não encaixar, tchau. Entendeu? Eu estou levantando essa questão. Eu sei que V.Exa., nobre Vereador, particularmente tem uma preocupação grande com isso. Eu vi V.Exa. reafirmar a importância dessa participação, e o meu apelo é o seguinte: a Câmara Municipal terá de ter um papel não só o seu papel próprio, como também, por causa dessa situação, ela terá de compensar a não participação na fase em que a proposta de lei orçamentária estava sendo elaborada pelo Executivo. Ou seja, a Câmara terá um trabalho maior porque o Executivo não fez a parte dele, o que, aliás, já vem sendo usual, o Executivo cumpre uma formalidade se realmente

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

cumprir o conteúdo.

Então estou falando nesse sentido, fazendo esse apelo, alertando para essa questão. Consegui ouvir bastante intervenções que levantaram essa questão e fazer uma última consideração, para encerrar. É o seguinte: por favor considerem que a população tem as necessidades, sabe o que precisam, mas não tem o conhecimento técnico – nem tem obrigação para isso – para ler o Orçamento e entender o Orçamento.

Nós vemos aqui, por exemplo, que ficou 1 bilhão no Fundurb, cuja destinação prioritária deveria ser atender a moradia popular. E nós estamos numa situação caótica e crescendo. Acabei de ver artigos de organismos internacionais alertando que o Brasil continuará nessa situação gravíssima, que está tendo hoje, até 2060, ou seja, não será surpreendente se a maioria da nossa população, até lá, esteja vivendo em situação precária, e com 1 bilhão parado no Fundurb agora.

Então estou fazendo esse apelo e agradeço muito pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Está *ok*. Obrigado João.

Mais uma vez: Igor Orsolon. Dois minutos. Vamos seguindo.

O SR. IGOR ORSOLON – Boa tarde. Desculpa, a hora que fui falar, interrompeu.

Boa tarde a todos. Essa semana nós estartamos o primeiro centro de treinamento especializado em break, ali no Capão Redondo. Uma iniciativa privada, conseguimos financiamento de empresa para que um espaço desse aconteça na periferia.

Então, visando isso, pois tivemos de recorrer à empresa privada, eu queria deixar registrado, aqui, e serei bem breve, os pedidos de se colocar, dentro do Orçamento, 5 milhões para o Bolsa Atleta, para a galera dessa comunidade. Porque acho que muitos já ficaram sabendo que o *break* virou modalidade olímpica e, em 2024, teremos representantes do Brasil nesse esporte.

Também gostaríamos que incluísse 3 milhões para o Mês do Hip-Hop. As casas de hip hop, importante nas regiões, seria 500 mil para cada região num total de 2,5 milhões, porque é o território hip hop que seria a parte de formação para essa galera.

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

E, para a Educação, 2 milhões que faz parte e está lincado com todas essas pastas junto à questão do *hip-hop*.

É só isso. Em síntese. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem. Agora a Flavia Pires. Estava inscrita? (Pausa) Mas, por favor, é derradeiro mesmo.

A SRA. FLAVIA PIRES – Obrigada. É só uma questão de ordem. Eu queria saber qual a explicação científica da Câmara para não fazer as audiências de forma híbrida – presencial e virtual -. É só isso que eu queria saber, visto que estamos com uma média de morte...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Técnica?

A SRA. FLAVIA PIRES – Mas pagamos imposto, Tatto, desculpa, mas nós pagamos impostos para termos uma resposta aos cidadãos e aos movimentos culturais.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem uma determinação na Casa que ainda não pode, mas estaremos reabrindo. Dia 23 saiu uma norma que permitiu 50% e nós vamos trabalhar, e teremos as informações, e tentarei uma lotação máxima de 50% a partir do dia 26, que é exatamente Cultura; dia 27 é Educação; ou seja, duas grandes Secretarias. Então estamos dentro das normas, tentando o máximo possível, e com todos os cuidados, ok?

É uma norma da Casa que foi revista no dia 23, mas que precisamos da autorização da Presidência.

Então nós tentaremos meia lotação do Salão Nobre. Até por isso que pedimos o maior salão, o maior espaço que existe na Casa. Esse é o esforço que também temos feito, ok?

E essa audiência aqui ainda não tinha sido permitido.

A SRA. FLAVIA PIRES – Até porque o híbrido te dá o espaço do virtual também. Então não está *ok*. Não está *ok.*

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Nosso sistema híbrido está humanamente impossível fazer. Até prejudica. Eu tenho experiência no tamanho de audiência como essa aqui, mas vamos nos esforçar para dias 26 e 27 termos metade da lotação do Salão Nobre, que dará um público, pelo menos, razoável, mas ainda aquém do que gostaríamos. Vamos aguardar.

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

Eu não tenho mais condição de abrir a palavra aos que passaram. Preciso ainda, primeiro, pedir desculpas pelos atropelos, pois, estamos em três de horas de reunião, de audiência pública, por isso, peço licença para passar, imediatamente, às considerações finais para o Secretário Dr. Guilherme.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Obrigado, Presidente Jair Tatto. Na verdade, quero agradecer pelas observações de todos, muitas manifestações.

Eu queria dividir, aqui, a manifestação da Secretaria da Fazenda em duas partes, bastante breves, inclusive, Presidente, já até pedindo desculpas porque vou precisar me retirar por outro compromisso. Mas quero fazer uma consideração muito breve.

(NÃO IDENTIFICADO) – Três minutos seria bom, Secretário.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Presidente, fui interrompido, mas eu posso falar? (Pausa)

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO – Olá, Mário, é a Vereadora Elaine, vocês conseguem confirmar se o Presidente está na sala?

O SR. MÁRIO – Não está aqui no momento, Elaine.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO – Secretário Guilherme, por favor, pode continuar sua fala, eu só ia pedir, por favor, para as pessoas desligarem os microfones enquanto o Secretário está falando para conseguirmos ouvir as respostas da Secretaria. Obrigado.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Obrigado, Vereadora.

O SR. MÁRIO – Secretário.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Pois não, Mário.

O SR. MÁRIO – Só para informar que as demandas podem ser enviadas para o *e-mail* da Comissão está bem? Endereço: finanças@saopaulo.sp.leg.br

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Pois não. Obrigado. Mas, enfim, eu estava dizendo que vou separar a fala da Fazenda em duas partes. Rapidamente farei uma breve apresentação e, depois, vou passar a palavra ao Dr. Fabiano que é o Subsecretário de

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

Planejamento e Orçamento Municipal, que vai dar algumas informações mais técnicas, especialmente respondendo as questões não específicas de cada área, mas específicas à técnica do planejamento orçamentário.

Primeiro dizer a todos e a todas que a Fazenda tem participado de audiências públicas durante o ano de 2021. Foram mais de 30 audiências públicas que nós fizemos, não só uma audiência pública por Subprefeitura, isso discutindo Plano de Metas e o próprio planejamento orçamentário. Só eu já participei de três audiências públicas na Comissão de Finanças, tratando da prestação de contas da LRF. Estamos aqui e vamos fazer ainda audiência pública da LOA, também faremos audiência pública do PPA.

Estamos, aqui, há mais de três horas discutindo, a sociedade civil falou, foram 50 inscritos, provavelmente houve mais de 30 manifestações, isso mostra que estamos aqui para discutir.

Claro que o Orçamento da Cidade é finito, ele não é ilimitado, temos de fazer escolhas. As escolhas são feitas não por mim, não pela equipe da Fazenda, mas são escolhas feitas por quem tem mandato: é o Prefeito da cidade de São Paulo e a Câmara Municipal. E é esse processo que estamos fazendo aqui e agora. Se ele pode ser aprimorado, melhorado, vamos fazer isso, mas estamos aqui, sempre, com muito boa vontade para contribuir justamente para isso e para que seja feito da melhor forma possível.

Eu anotei, e meu pessoal técnico da Fazenda anotou todas as manifestações, nós vamos transmitir - a maioria é da Secretaria da Cultura – para a Secretária e acho que isso vai ser bem discutido, bem refletido, enfim, nas audiências temáticas, mas, repito, foram todas anotadas, acho que não é o caso de ficar fazendo considerações sobre itens específicos, mas volto a dizer que serão todos encaminhados para cada uma das Pastas.

Só queria fazer duas observações. O Vereador Eduardo Suplicy, meu querido professor, fez uma observação sobre a SMADS e sobre a redução do valor. Só queria esclarecer a todos que, na verdade, a redução foi das transferências federais. O nosso gasto com a Assistência Social subiu bastante em 2020 e 2021. O que reduziu, em 2021, foram as

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

transferências federais. Só para ficar esse esclarecimento.

Respondendo à Vereadora Janaína, que fez uma pergunta específica sobre a cobertura de déficit do sistema de transporte, o chamado subsídio, quero dizer que, durante o ano todo, conversamos e continuamos conversando com a Secretaria, várias medidas foram tomadas, inclusive com aditivos contratuais para nós reduzirmos, ao máximo, o subsídio do transporte, embora ele seja não só necessário, como legítimo. Obviamente estamos esperando que, a par dessas alterações, mudanças que estão sendo feitas junto à Secretaria de Transporte SP Trans, também estamos esperando que o fluxo e a demanda pelo transporte coletivo aumentem à medida em que tivemos uma redução muito drástica, chegamos a 50, menos de 50% da demanda, em alguns momentos, hoje estamos em sessenta e poucos por cento. Nós imaginamos – e esperamos – que com a normalização das atividades que, ao longo dos próximos meses, possamos também ter a retomada dos passageiros, aumente novamente o uso do transporte coletivo e, com isso, nós poderemos aumentar a nossa receita e, obviamente, com isso, também teremos diminuição do déficit.E a Vereadora Elaine do Quilombo Periférico que está aí, presidindo a sessão em substituição ao nosso querido Jair Tatto, na breve ausência dele. Quero agradecer. Vou passar a palavra ao Fabiano que vai, então, fazer algumas considerações técnicas sobre algumas observações que foram feitas.

Agradeço a todos e nos encontraremos em outras audiências. Ah, o Presidente voltou!

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu até queria, antes das considerações do doutor, o senhor nomeou? (Pausa) Dr. Fabiano, *ok*. Temos a Vereadora Elaine, quem mais está na sala? O Vereador Atílio está? (Pausa)

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Eu ouvi sim. Foi anunciado que o Vereador Atílio está na sala sim.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem um recadinho aqui que “De maneira descuidada eu não abri a palavra”. Então, se o Sr. Guilherme me permitir, eu queria passar a palavra rapidamente à Vereadora Elaine, que é Presidente da Subcomissão de Cultura, e quem

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

mais estiver na sala e quiser se manifestar. Vereadora Elaine, por favor, com a palavra.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO – Obrigado, Presidente, vou falar em um minuto, porque sei que o Secretário tem outra agenda e tinha pedido para se retirar. Mas é muito rapidamente, Secretário, agradeço.

Nós ainda vamos ter as audiências temáticas, a da Cultura, como o senhor já viu, com certeza, já é histórico aqui nessa Casa será uma audiência com muita participação popular e isso sempre é muito bom para essa Casa e muito bom para a Cidade.

Eu queria fazer uma ponderação sobre o que temos discutido há muito tempo na Subcomissão da Cultura que não é exclusividade da Secretaria de Cultura, é uma realidade do Executivo dessa cidade, mas é a necessidade que, como falou há pouco o João Moreira, de que essas audiências – e mesmo a revisão que fazemos aqui e as emendas que essa Casa apresenta – não sejam meras formalidades.

Temos tido muitas dificuldades com os congelamentos, a Pasta da Cultura é uma Pasta que sofre muito com congelamentos. A Secretaria de Cultura tem dito para nós que isso é um problema da Fazenda, que é um problema que a Secretaria de Cultura tem pouca gerência. E para nós é muito importante que consigamos apresentar, até para o nosso trabalho, aqui, ser honesto com a população, com a Cidade, precisamos apresentar emendas realistas, as quais, de fato, consigamos cumprir. É justo para a Cidade, é justo para as pessoas que se dispõem a nos ajudar a fazer essa gestão da Cidade, para que consigamos apresentar orçamentos que são reais e que não vão ser usados, desculpe, até como depósito de dinheiro para, depois, o Executivo manobrar.

Claro que a gente sabe que é sempre necessária uma margem para a Cidade. As coisas não são um mais um simplesmente em uma Cidade como esta. Passamos inclusive por um processo inédito de pandemia que mexeu muito com os orçamentos da Cidade, mas a gente tem uma necessidade, que tem sido muito requerida há alguns anos já na Cidade e não é também exclusividade desta gestão, mas de que a gente consiga a respeitar os orçamentos, especialmente da pasta da Cultura que já é uma Secretária que inclusive sofre demais com a

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

desestruturação.

Era mais esse pedido para que a gente consiga olhar para esse orçamento de todas as pastas da Cidade com muito realismo e que a gente consiga aprovar coisas que, de fato, vão ser implementadas. Se estamos falando de distribuição, de descentralizar os recursos, os equipamentos e os serviços públicos da Cidade em uma cidade tão desigual, a gente precisa fazer isso com seriedade.

É isso. Obrigado, Sr. Secretário e Presidente Jair.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vereador Atílio está aí? Algum Vereador ou Vereadora?

O SR. ALESSANDRO AZEVEDO – Sr. Secretário, sobre a questão do não cumprimento do orçamento aprovado na Câmara, que a Fazenda corta sempre, não tem uma resposta para isso?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) –...Falar, Alessandro. Eu até vou fazer um apelo.

O SR. ALESSANDRO AZEVEDO – É que eu já tinha feito a pergunta, Jair, e não tive resposta.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Faço um apelo das emendas, inclusive, Sr. Secretário. Os colegas da Cultura estão pedindo, implorando para que aproveitasse a oportunidade e tocassem as emendas e mandassem o dinheiro para a Cultura para a execução. Os Parlamentares também solicitaram que eu fizesse esse pedido.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO - Mais uma vez peço desculpas. Vou precisar me retirar porque tenho outro compromisso. Só respondendo rapidamente a Vereadora. O Fabiano vai falar um pouco de congelamento, mas eu só queria dizer uma coisa.

Primeiro, no ano de 2021, tivemos o menor congelamento, ou contingenciamento - termo mais técnico - de recursos da história da Prefeitura. Fizemos um esforço para contingenciar o menor montante possível.

Obviamente, o contingenciamento de recursos é uma medida de prudência que a gente é obrigado a tomar em algumas circunstâncias. Fazemos isso com critério técnico, com

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

cuidado. Não gostamos de fazer isso, obviamente, mas temos feito um esforço para diminuir esse contingenciamento e este ano 2021 já foi o menor da história.

Então, é isso. Tem obviamente uma explicação técnica para isso. Gostaria também que o Fabiano também na resposta dele falasse um pouco só para explicar como é que funciona e que não é uma coisa discricionária que a gente aponta o dedo e fala que esse não vai fazer e que este vai fazer. Vamos nos esforçar aqui também, continuar tentando fazer com que haja o menor montante contingenciado possível.

Obrigado a todos. Presidente, mais uma vez agradeço a condução nesta audiência pública. Estaremos amanhã novamente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Seguiremos com o Dr. Fabiano. Muito obrigado. 3h20, muito obrigado pela paciência conosco. Vamos seguir.

Há algum Vereador ou Vereadora que não falou?

O SR. MÁRIO – Está na sala o Delegado Palumbo, Eduardo Suplicy e Elaine.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eduardo Suplicy havia feito uma pergunta no início; Elaine falou neste momento. Delegado Palumbo quer se pronunciar? (Pausa). Se não, voltamos à finalização com o Dr. Fabiano.

O SR. FABIANO DE OLIVEIRA MARTINS - Cumprimento todos os presentes e agradeço também a paciência de todos com a audiência. Serei breve nas considerações.

Aproveitando o assunto, o Guilherme estava falando agora sobre os contingenciamentos, sobre os congelamentos. Vou falar rapidamente sobre isso também agora e, em seguida, respondo alguns outros questionamentos também.

Por óbvio, o contingenciamento está relacionado à incerteza. Principalmente, a incerteza de receita. Então, a razão de existir os contingenciamentos basicamente são as incertezas relacionadas à realização das receitas previstas no orçamento. Isso posto, o Poder Executivo tem um colegiado chamado Junta Orçamentária e Financeira que avalia essas questões de incerteza e delibera por efetivar os contingenciamentos.

Quais são os principais critérios que são feitos? Alguns contingenciamentos são

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

feitos no início...

- Interferência sonora. Registro prejudicado.

O SR. FABIANO DE OLIVEIRA MARTINS - ...E são contados e rediscutidos a qualquer momento. Melhor dizendo, a Junta se reúne inclusive periodicamente. As reuniões têm sido quinzenais este ano justamente para poder tratar e rever esses posicionamentos de contingenciamento para que possamos ir ao encontro do que...

- Falas simultâneas no ambiente virtual. Registro prejudicado.

O SR. FABIANO DE OLIVEIRA MARTINS – ... a Vereadora Elaine comentou. A nossa intenção é sempre a trazer o orçamento... (falha na transmissão.) ...para a realidade.

Então, voltando a falar sobre os critérios. A primeira coisa são as modificações estruturais entre o orçamento proposto pelo Executivo e o orçamento aprovado na Câmara são previamente contingenciados para avaliação das possibilidades de execução. A segunda coisa que também é relevante dizer, algo que é levado em consideração para o nível de contingenciamento, é o nível histórico de execução daquelas políticas públicas.

Como o Guilherme falou, a Secretaria A é mais prejudicada propositalmente do que a B. Não. Não existe isso. O critério é a execução historicamente é muito baixa, então, não há uma razão no início do ano para que você mantenha o orçamento disponível muito elevado. E a gente coloca isso em debate com as pastas que tiveram esses contingenciamentos para que demonstrem que, de fato, naquele exercício a política pública será de fato executada e aí o orçamento é descontingenciado.

No caso, por exemplo, da Secretaria da Cultura, este ano, salvo engano, metade do que foi contingenciado já foi liberado ao longo do exercício. Então, basicamente, isso é levado em consideração para o efeito do contingenciamento e o debate, como eu disse, é constante ao longo do ano.

Em relação a algumas questões apontadas já previamente pelo Thulyo sobre a auditoria do processo, sobre análise do processo da LOA foi colocado uma questão sobre não termos autorização Legislativa para os remanejamentos, mas entendemos que a própria LOA

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

tem um artigo que já nos dá a possibilidade de fazer os remanejamentos e termos esse importante instrumento de adequação orçamentária. Importante no sentido de que a realidade muitas vezes nos mostra desafios que não estavam previamente colocados na LOA. A pandemia é um grande exemplo disso. Tivemos de alocar um enorme volume orçamentário, por exemplo, na Secretaria de Saúde, na Secretaria de Assistência Social, na Secretaria de Direitos Humanos também. Nada disso estava previamente colocado no orçamento e a LOA nos dá essa possibilidade de fazermos esses remanejamentos, claro, que dentro de um limite percentual, mas nos dá essa flexibilidade.

Então, entendemos que essa é uma autorização Legislativa para isso, mas, de qualquer forma, como o próprio Thulyo muito bem colocou, a auditoria está em curso e quando essa auditoria terminar, a gente deve também fazer as nossas considerações e manifestações dentro daquilo que foi formalmente colocado pelo Tribunal.

O Thulyo citou também a questão do orçamento da Seguridade Social. Isso foi colocado para nós recentemente também em outro processo mandado pelo Tribunal lá para Secretaria da Fazenda e lá nos manifestamos no sentido de que, de fato, a gente pode ter um grupo de trabalho para debater o orçamento da Seguridade Social, embora no processo ficou um pouco mais direcionado para a Previdência, que é um dos pilares da Seguridade Social, além da Assistência e da Saúde.

Já antecipo que, inclusive houve outra manifestação a respeito disso, o orçamento da Seguridade, da Saúde e da Previdência era para claramente estar colocado no orçamento. São funções de Governo. Temos um quadro por função de Governo. Então, temos a função a Assistência Social, função Saúde, a função Previdência que denotam explicitamente o gasto com essas funções que compõem a Seguridade Social, por assim dizer. Mas nós vamos, sim, nos debruçar nesta proposta de termos um grupo de trabalho para trabalhar outra forma de mostrar isso e entender um pouco melhor também o que o Tribunal busca com o orçamento da Seguridade Social, embora, como eu disse, isso já está explícito dentro do quadro de funções, da despesa por função de Governo.

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:02:27.

Sobre algumas questões que o Thulyo abordou, vamos aguardar. Acho que é mais producente aguardarmos o relatório do Tribunal. O Thulyo também citou as questões de um material em um dos quadros da LOA, operações de crédito. Isso vamos tratar com o relator. Tem algumas questões que gostaríamos de conversar com o relator e uma delas é o ajuste desse quadro que eu acho que foi com alguma incorreção de valor.

Da minha parte, era isso. Também não quero me estender muito. Se tiver alguma outra questão, Vereador, estou à disposição como sempre.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Dr. Fabiano.

Deixem-me fazer umas considerações a todos, a todas e a todes.

Temos o endereço no *chat*. Os que foram prejudicados hoje na fala, primeiro peço novamente desculpas pelos atropelos. De fato, nesse sistema e coincidindo com a reunião da Comissão de Finanças e Orçamento, então, amanhã também temos, às 10h, audiência pública do PPA, que não impede de abordar os assuntos. Quem ficou prejudicado hoje nas falas, tem aqui o endereço: financas@saopaulo.sp.leg.br. Peço para que se puder não haver repetição dos que falaram hoje, mas os que foram prejudicados poderão amanhã ter essa oportunidade, que é um tema relativo ao PPA que vai envolver também a Lei Orçamentária Anual do ano que vem.

Thulyo? (Pausa). Acho que não há considerações também. Então, eu preciso reabrir a Comissão de Finanças e Orçamento para que a gente possa aprovar o calendário. Os Vereadores da Comissão, por favor, entrem. Voltaremos a outra sala.

Mais uma vez, desculpa pelos atropelos, mas é pela exequibilidade do tempo. Temos até 31 de dezembro se for preciso e faremos as audiências temáticas presenciais. Isso é compromisso. A Vereadora Elaine está aqui. Não sei se o Vereador Palumbo ainda está. Faremos as audiências temáticas de maneira presencial dentro das normas de segurança que todos nós sabemos.

Agradeço a todos e a todas. Muito obrigado, Fabiano, Thulyo, intérpretes de Libras e assessoria. Até amanhã às 10h. Um abraço.

Matéria AUD 300/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333948.